

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL BRASIL-FAO

Projeto – Agenda regional para a alimentação escolar sustentável na América Latina e no Caribe
Rede de Alimentação Escolar Sustentável – RAES

Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – FNDE/MEC
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO

ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA

Najla Veloso

SUPERVISÃO

Daniela Godoy
Israel Ríos
Najla Veloso
Fernanda Pacobahyba
Karine Santos

IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Mariel Mendiola
Daniel Scandolara

SUPERVISÃO TÉCNICA DE IMPLEMENTAÇÃO

Miriam de Oliveira

REVISÃO DA PUBLICAÇÃO

Najla Veloso
Miriam Oliveira
Ana Leticia Carvalho
Paulo Palma Beraldo
Ana Yanira Calderón
Palova Brito
Paola Barbieri
Cecilia Malaguti Do Prado
Monica Alves
Janaina Plessmann

2ª REVISÃO DA DOCUMENTAÇÃO E EDIÇÃO

Laura Muller Machado
Laura Almeida R. de Abreu
Juliana Raineri Haddad

COMITÊ EXTERNO DE VALIDAÇÃO

Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)
Research Consortium for School Health and Nutrition
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

DESENHO GRÁFICO

João Pedro de Lima Fávero

SUPERVISÃO GRÁFICA

Paulo Palma Beraldo
Palova Brito

FOTOS DA CAPA

© FAO, © FAO/Michael Dantas, © FAO/Vanessa Olarte, © FAO/Paulo Beraldo, © Cortesia do Governo do Brasil,
© Cortesia do Governo da República Dominicana

CITAÇÃO OBRIGATÓRIA

RAES. 2026. Análise de indicadores de avanço dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe (AMPAE). Estudo de caso de seis países. Brasília.

Análise de indicadores de avanço dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe (AMP AE)

Estudo de caso de seis países

Programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral Brasil-FAO
Projeto Agenda regional para a alimentação escolar sustentável na América Latina e no Caribe
Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)

Publicado por
Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)

Brasília, 2026

Resumo	1
1. Introdução	2
1.1 Importância da alimentação escolar para o alcance dos ODS	3
1.2 Criação da Cooperação Internacional Brasil-FAO e seus frutos	4
1.3 Desenvolvimento e objetivos do estudo "Análise de indicadores de avanço dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe – AMPAE"	5
2. Desenvolvimento do instrumento AMPAE	6
2.1 Inspirações teóricas, práticas e metodológicas	7
2.2 Apresentação do instrumento	8
2.3 Detalhamento da estratégia de aplicação	11
2.3.1 Mapeamento dos atores e suas atribuições	11
2.3.2 Detalhamento da coleta	13
3. Descrição dos resultados	15
3.1 Resultados por eixo e grau de maturidade	16
3.1.1 Governança	16
3.1.2 Marcos legais	19
3.1.3 Alimentação e nutrição	21
3.1.4 Financiamento	23
3.1.5 Síntese dos resultados por eixo	25
3.2. Resultados dos itens abertos	27
3.3. Análise conjunta dos itens abertos e fechados	30
4. Recomendações	34
5. Limitações	41
6. Conclusão	44
7. Bibliografia	48
Anexos	
Anexo I. Sistematização – Eixo I: Governança	56
Anexo II. Sistematização – Eixo II: Marcos normativos	58
Anexo III. Sistematização – Eixo III: Alimentação e nutrição	60
Anexo IV. Sistematização – Eixo IV: Financiamento	62

Figura

1.	Eixos selecionados para a criação do instrumento Ampae	8
2.	Eixo I – Pontos de atenção	18
3.	Eixo II – Pontos de atenção	20
4.	Eixo III – Pontos de atenção	23
5.	Eixo IV – Pontos de atenção	25
6.	Pontos de atenção por eixo	31
7.	Eixos de atenção e principais desafios	32
8.	Proposta de tarefas futuras	47

Quadro

1.	Descrição dos objetivos analíticos e indicadores para cada um dos eixos.	8
2.	Escala de avanços e pontuação alcançada	10
3.	Síntese dos resultados dos questionários – Parte I	26
4.	Síntese dos resultados dos questionários – Parte II	29
5.	Recomendações por eixo	34

Gráfico

1.	Eixo I – Governança – Níveis de avanço	17
2.	Eixo I – Governança – descritores e escala de avanço	17
3.	Eixo II – Marcos normativos – Níveis de avanço	19
4.	Eixo II – Marcos normativos – Descritores e escala de avanço	19
5.	Eixo III – Alimentação e nutrição – Níveis de avanço	21
6.	Eixo III – Alimentação e nutrição – Descritores e escala de avanço	21
7.	Eixo IV – Financiamento – Níveis de avanço	24
8.	Eixo IV – Financiamento – Descritores e escala de avanço	24
9.	Nível de avanço dos eixos	26
10.	Frequência dos principais desafios mencionados pelos países	30

Siglas e acrônimos

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AE	alimentação escolar
AF	agricultura familiar
ALC	América Latina e Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CARICOM	Comunidade do Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
DHAA	direito humano à alimentação adequada
EAN	educação alimentar e nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INABIE	Instituto Nacional de Bem-estar Estudantil
JUNAEB	Junta Nacional de Auxílio e Bolsas
MAG	Ministério de Agricultura e Pecuária do Paraguai
MDGFIS	Metodologia de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social do Paraguai
MEC	Ministério de Educação e Ciência do Paraguai
MoECST	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia de Belize
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
MSPBS	Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social do Paraguai
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAE	programa de alimentação escolar
RAES	Rede de Alimentação Escolar Sustentável
SAN	segurança alimentar e nutricional
SICA	Sistema da Integração Centro-Americana
UAPA	Unidade de Alimentos para Aprender

Agradecimentos

Expressamos nossos sinceros agradecimentos pelo compromisso e pela valiosa participação de todos os envolvidos, tanto durante quanto após as fases de execução da Análise de indicadores de avanços dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe (AMPAE).

Registramos nosso especial reconhecimento e agradecimento à Fernanda Pacobahyba, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por todos os seus esforços para tornar este trabalho possível e apoiar sua execução.

Reconhecemos a importante contribuição da equipe do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, especialmente de Maria Cristina MacDowell, Sandra Machado e Soraya Naffah Ferreira, por compartilharem suas experiências e aprendizados com o FNDE, a FAO e a RAES.

Estendemos este reconhecimento e agradecimento aos pontos focais vinculados aos programas de alimentação escolar em Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e República Dominicana, que apoiaram o envio de informações e documentação:

Cathleen Juan, coordenadora do programa de alimentação escolar de Belize e consultora da FAO, e Terri Langford, representante do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (MoECST) do Governo de Belize.

Daniel Bandoni, Edenilza Carvalho, Karine Santos, Kenia Pereira, Laiane Tavares, Renata Mainenti e Valmo da Silva, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) da República Federativa do Brasil.

Karla Marambio e Lea Rauque, da Junta Nacional de Auxílio e Bolsas (JUNAEB) da República do Chile.

Luisa Jamaica, Guillermo Marín e Nohora Pérez, da Unidade de Alimentos para Aprender (UAPA) da República da Colômbia.

Reveca Chávez, Juliana Gamarra, Andrea Fernández e Leticia Leguizamón, representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), Educação e Ciência (MEC), Agricultura e Pecuária (MAG) e Saúde Pública e Bem-Estar Social (MSPBS) da República do Paraguai.

Yomaira Tejeda e Adrián Roa, do Instituto Nacional de Bem-estar Estudantil (INABIE) da República Dominicana.

Reconhecemos também a valiosa participação das representações da FAO em cada país participante do AMPAE. Sua colaboração como pontos focais institucionais foi essencial em cada etapa do projeto. Agradecemos a Ornella Tiboni (FAO Chile), Laura Arévalo (FAO Colômbia), Ana Louteiro (FAO Paraguai), Mariella Ortega e Wilmer Terrero (FAO República Dominicana).

Da mesma forma, agradecemos a Daniela Godoy, Israel Ríos e Karine Santos, que supervisionaram esta atividade, bem como aos demais colegas que revisaram este documento, oferecendo contribuições tão importantes. Agradecemos a Cecília Malaguti e Paola Barbieri, representantes da Agência Brasileira de Cooperação.

Agradecemos a Donald Bundy, do Research Consortium for School Health and Nutrition, e a Raquel Nunes e Melissa Ugalde, representando o Sistema de Integração Centro-Americana – SICA, que gentilmente forneceram recomendações ao projeto inicial deste estudo.

Agradecemos ao Insper, representado pela professora Laura Muller Machado, pelo gentil e competente apoio na revisão da segunda versão deste estudo. Seu trabalho foi fundamental para conferir maior rigor acadêmico ao texto, por meio da reestruturação das etapas de desenvolvimento e da sistematização dos resultados, de modo a tornar o material ainda mais claro, coeso e passível de replicação.

A todos os mencionados, registramos nossa gratidão e reconhecimento por seus esforços, conhecimentos e compromisso na consecução dos objetivos do projeto AMPAE e no fortalecimento dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe.



Prólogo

É com grande satisfação que publicamos a primeira versão do documento 'Análise dos indicadores de avanços dos programas de alimentação escolar', o qual chamamos de AMPAE.

Este documento apresenta indicadores e desafios dos programas de alimentação escolar de seis países da América e Latina do Caribe. Foi construído partindo da perspectiva de que a geração de dados e evidências é condição essencial para o aprimoramento das políticas públicas.

Entendemos que somente a partir de diagnósticos claros, com informações confiáveis e análises rigorosas é possível identificar avanços, desafios e oportunidades de melhoria na implementação dos programas de alimentação escolar, que impactam diretamente a vida de milhões de estudantes no Brasil, na América Latina e Caribe e no mundo.

Realizar esse estudo demandou grande organização interna, diálogos constantes e sistematização de dados junto aos países participantes ao longo dos últimos meses.

Esse esforço da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) e dos países, seguramente, apoiará processos de redirecionamento da política de alimentação escolar no nível nacional, orientará a geração e o intercâmbio de conhecimentos e, por sua vez, fortalecerá as capacidades institucionais em favor da segurança alimentar e nutricional dos estudantes em nossa região.

Como próximos passos, temos o desafio de continuar trabalhando nos temas prioritários identificados no estudo. Seguimos juntos em colaboração, com o compromisso de construir nossa agenda regional e fortalecer nossos programas de alimentação escolar.

Fernanda Pacobahyba, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Resumo

Alinhado aos objetivos da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), este estudo visa contribuir para o desenho de estratégias de fortalecimento dos programas de alimentação escolar (PAE) na América Latina e no Caribe (ALC). Apresenta evidências sobre os principais avanços e fragilidades desta temática a partir de um diagnóstico realizado por meio de instrumento desenvolvido especialmente para esta finalidade. O estudo traça recomendações orientativas para todos os interessados no assunto e fornece insumos para a construção da agenda regional de alimentação escolar na ALC.

Após apresentar os objetivos, a metodologia, os interlocutores e as ferramentas utilizadas no levantamento das evidências, há uma seção dedicada à análise dos resultados alcançados, assim como sugestões de recomendações aos interessados. Ao final, são apresentadas linhas de ação prioritárias direcionadas a gestores, bem como referências bibliográficas importantes nesta construção.

As evidências aqui reunidas buscam impulsionar ações integradas que visem ao aprimoramento da gestão e da governança dos programas de alimentação escolar, bem como a ampliação dos marcos normativos. Além disso, pretende-se contribuir para a consolidação de uma rede de apoio a programas de alimentação escolar de qualidade, que garantam o atendimento das necessidades físicas, cognitivas e sociais dos estudantes.

É importante destacar que o presente estudo respeita integralmente a soberania dos países participantes. Não se trata de um exercício de avaliação externa de seus programas nacionais, mas sim de um esforço conjunto para produzir recomendações técnicas que possam apoiar o aprimoramento das políticas e ações já existentes em cada contexto nacional.

Considerando a complexidade dos desafios e a abrangência do contexto analisado, espera-se que este documento seja um insumo estratégico para fortalecer as agendas e ações de atores governamentais, não governamentais, acadêmicos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Os achados, nesse sentido, também poderão fomentar parcerias e colaborações institucionais em nível nacional, regional e global.



1. INTRODUÇÃO



© Cortesia do Governo do Chile

1.1 Importância da alimentação escolar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os programas de alimentação escolar (PAE) vêm sendo amplamente analisados como políticas públicas com efeitos positivos sobre a segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento local, sobretudo em países de baixa e média renda (FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC, 2023). A evidência empírica demonstra que tais programas contribuem para a melhoria do desempenho estudantil, na redução da fome, da desnutrição e da pobreza ao ampliarem o acesso a dietas adequadas e saudáveis entre a população estudantil (Wang et al., 2021; FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC, 2023).

Com base nos resultados e impactos em diferentes áreas do desenvolvimento humano e social, considera-se que a implementação dos PAE contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:



Entre os principais efeitos observados estão o aumento da inclusão social promovido por esses programas, à medida que asseguram o fornecimento de alimentos frescos e nutritivos a estudantes de diferentes estratos socioeconômicos, promovendo condições mais equitativas de permanência e desempenho escolar (Sidaner et al., 2012; Wang et al., 2021). Além do efeito citado, os PAE também estão associados à melhoria de indicadores de saúde e bem-estar, contribuindo para a prevenção da desnutrição, a redução de doenças e o fortalecimento do sistema imunológico, com impactos positivos sobre a concentração e a aprendizagem (Wang et al., 2021).

Outro efeito relevante relaciona-se à formação de hábitos alimentares saudáveis. Programas que incorporam componentes de educação alimentar e nutricional não apenas fornecem refeições, mas também exercem influência sobre padrões culturais de consumo. Uma revisão sistemática, com meta-análise, acrescenta evidência a esse efeito, identificando aumento significativo no consumo de frutas e vegetais entre adolescentes expostos a intervenções escolares estruturadas nessa área (Medeiros et al., 2022; FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC, 2023). É consenso que, em muitos casos, esses programas se constituem a principal refeição do dia.

No campo econômico, os PAE se configuram como instrumentos de estímulo ao desenvolvimento local. A priorização da agricultura familiar na aquisição de alimentos, por exemplo, gera encadeamentos produtivos em nível territorial, criando circuitos curtos de abastecimento, promovendo a inclusão produtiva e favorecendo a geração de renda em comunidades rurais (Paula et al., 2023). E os efeitos dos PAE também têm reflexos no campo ambiental, visto que a adoção de cardápios baseados em produtos locais está associada à redução da pegada de carbono, sobretudo devido à menor dependência de cadeias logísticas extensas e emissoras de gases de efeito estufa (Souza; Fornazier, 2022; Gonzaga et al., 2023; FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC, 2023).

Considerando sua ampla capilaridade, os PAE alcançam uma parcela expressiva da população estudantil em escala global. Estima-se que cerca de 418 milhões de estudantes sejam atendidos diariamente por esses programas no mundo, destes aproximadamente 85 milhões estão na América Latina e no Caribe (WFP, 2022). Apesar disso, esse número representa metade dos cerca de 170 milhões de estudantes da região, indicando a importância de estudos sobre a gestão, governança, cobertura e garantia da qualidade dos PAE.

1.2 Criação da Cooperação Internacional Brasil-FAO em alimentação escolar e seus resultados

Considerando essa realidade, foi estabelecida em 2009, a Cooperação Internacional Brasil-FAO em alimentação escolar, graças ao compromisso do governo brasileiro com a redução da insegurança alimentar na América Latina e no Caribe. A partir desse compromisso, foi criada uma aliança entre o governo brasileiro por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Ao longo de mais de 15 anos de cooperação, foram realizados três projetos: (I) Fortalecimento dos programas de alimentação escolar na ALC, desenvolvido até 2018; (II) Consolidação dos programas de alimentação escolar na ALC, concluído em 2023; e (III) Agenda Regional para a Alimentação Escolar Sustentável na ALC, iniciado em 2024, com previsão de término em 2027.

A realização de ações coordenadas no âmbito dessa cooperação incentivou os países da região a fortalecerem a sustentabilidade de seus PAE, especialmente no que se refere à melhoria da qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes; à articulação entre as compras públicas da agricultura familiar e os programas de alimentação escolar; ao fortalecimento das capacidades de cerca de 40 mil profissionais de diferentes setores governamentais; à elaboração de marcos normativos; à transição de uma abordagem assistencialista para uma perspectiva baseada no direito à alimentação escolar; e, por fim, à construção de uma agenda regional para a alimentação escolar sustentável. Paralelamente, busca-se fomentar ações de educação alimentar e nutricional (EAN), com o objetivo de estimular hábitos de consumo mais conscientes, tanto nas gerações atuais quanto nas futuras.

A cooperação iniciada em 2009 para o fortalecimento dos programas de alimentação escolar (PAE) na região resultou na criação de um espaço regional de diálogo – a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) –, estabelecida em 2018 com o propósito de promover, de maneira coletiva, horizontal e participativa, avanços na implementação e na reformulação dos PAE nos diferentes países, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Desde sua criação, a RAES se consolidou como uma importante ferramenta de apoio à gestão dos governos nacionais, impulsionando a qualidade, a cobertura e a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar na região.

Como resultado desses esforços, a Cooperação Internacional Brasil-FAO passou a contribuir não apenas para a transformação dos sistemas agroalimentares, mas também para o bem-estar e o desenvolvimento de milhões de estudantes, agricultores e comunidades escolares. Até julho de 2025, 18 países já haviam aderido formalmente à RAES.

Em 2024, no âmbito das ações contempladas no projeto Agenda Regional para Alimentação Escolar Sustentável na ALC, foi acordada a definição de prioridades nacionais e regionais para a alimentação escolar. Assim, a RAES assumiu um papel estratégico como espaço de diálogo intersetorial, fortalecendo vínculos com outras redes nacionais, regionais e globais.

No entanto, apesar dos avanços alcançados pela RAES desde sua criação, ainda restam desafios para que os países da ALC estabeleçam e consolidem políticas sustentáveis de alimentação escolar, o que reforça a necessidade de se continuar trabalhando em conjunto nessa direção, bem como o propósito do presente estudo.

1.3 Desenvolvimento e objetivos do estudo

“Análise de indicadores de avanços dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe – AMPAE”

O objetivo deste estudo técnico, acordado no âmbito da RAES, foi diagnosticar a situação atual dos programas de alimentação escolar (PAE) na América Latina e no Caribe e gerar sugestões de aperfeiçoamento para os países membros. Para alcançar essa meta, o estudo apresenta o instrumento de diagnóstico construído, que teve como objetivo ser sensível às realidades locais e, ao mesmo tempo, replicável por outros países da região e do mundo. Apresenta também a estratégia de aplicação do instrumento; identifica quais componentes estruturais dos programas requerem maior atenção, sempre com respeito às especificidades e à soberania de cada país e, por fim, a partir do diagnóstico, apresenta reflexões a respeito de temas e ações que requerem maior atenção por parte dos gestores públicos em nível nacional, bem como de atores regionais e globais.

Espera-se que as reflexões subsidiem estratégias de fortalecimento da política de alimentação escolar, orientando agendas nacionais e contribuindo para o desenvolvimento de uma agenda regional comum, conforme os objetivos específicos abaixo:

- 1 Apresentar a proposta de instrumento de diagnóstico construído com o intuito de mensurar o nível de desenvolvimento dos PAE nos países participantes;
- 2 Apresentar a estratégia de aplicação do instrumento nos países participantes;
- 3 Identificar, a partir dos resultados apresentados, os pontos que demandam atenção prioritária para o aprimoramento e continuidade dos programas, apoiando a formulação de políticas públicas mais eficazes em escala nacional e regional;
- 4 Sugerir recomendações para orientar as ações de apoio técnico da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES);
- 5 Oferecer subsídios técnicos para a construção colaborativa de uma agenda regional voltada à alimentação escolar sustentável na ALC, em alinhamento com os princípios do direito humano à alimentação adequada.
- 6 Oferecer sugestões de linhas gerais de atuação que poderão orientar, em diferentes horizontes de tempo, as futuras ações da Cooperação Internacional Brasil-FAO e da RAES.



2. DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTO AMPAE



2.1 Inspirações teóricas, práticas e metodológicas

A fundamentação teórica para o desenvolvimento do instrumento avaliativo AMPAE apoia-se em dois pilares principais: a trajetória da cooperação internacional em alimentação escolar na América Latina e no Caribe e a produção técnica especializada sobre educação alimentar e nutricional em contextos escolares.

Do ponto de vista institucional, a construção do instrumento avaliativo se ancora em mais de 15 anos de colaboração entre governos nacionais, a cooperação brasileira e os organismos internacionais, orientada pelo fortalecimento dos programas de alimentação escolar (PAE) com base no direito humano à alimentação adequada. Esse arcabouço valoriza a construção coletiva do conhecimento e o intercâmbio horizontal entre países, respeitando a soberania e as especificidades locais.

No campo técnico, inserem-se os eixos, indicadores e escalas – componentes do instrumento – que estão alinhados às orientações metodológicas e conceituais apresentadas no documento *School-based Food and Nutrition Education* (FAO, 2023), o qual oferece princípios e diretrizes para a concepção e implementação de políticas de educação alimentar e nutricional em ambientes escolares. Essa referência internacional sistematiza desafios recorrentes em países de baixa e média renda e propõe soluções estruturadas, fornecendo também um pacote de desenvolvimento de capacidades voltado aos Estados-membros da FAO.

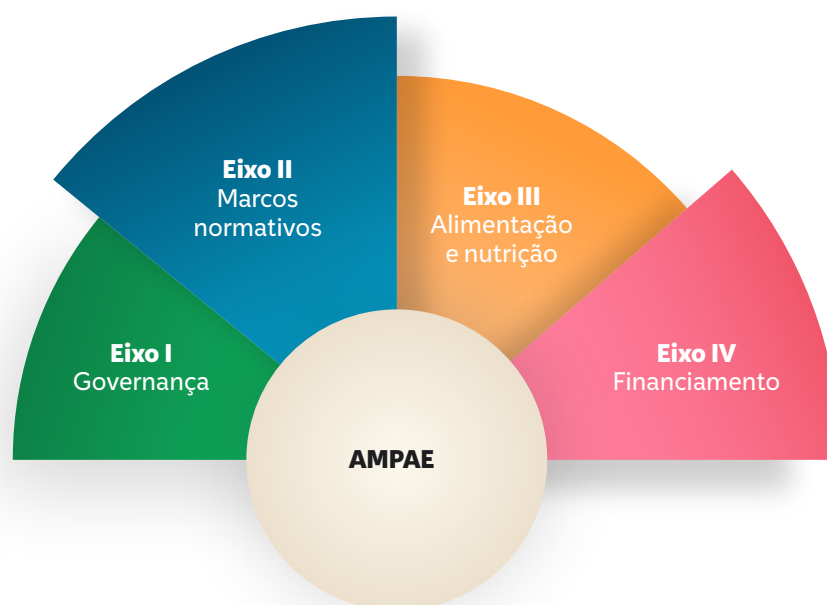
Adicionalmente, a formulação do instrumento diagnóstico inspirou-se também na Metodologia de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD-GEFIS), desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Ceará com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2019). Essa metodologia utiliza escalas de maturidade e eixos estruturantes para a análise da evolução de políticas públicas – abordagem que foi adaptada, no presente instrumento, à realidade dos programas de alimentação escolar.



2.2. Apresentação do instrumento

A perspectiva metodológica do instrumento AMPAE alia o rigor analítico das escalas estruturadas à sensibilidade qualitativa do contexto nacional de cada país participante (Creswell; Plano Clark, 2018). O principal instrumento de coleta é um questionário estruturado, composto por perguntas fechadas com alternativas pré-definidas (variando de "a" a "d" e "não se aplica"), organizadas em quatro eixos – Governança, Marcos Normativos, Alimentação e Nutrição, e Financiamento –, cada um desdobrado em descritores e escalas de maturidade. As respostas foram transformadas em pontuações percentuais, o que permitiu a construção de uma escala de desempenho dos PAE dos países.

Figura 1. Eixos selecionados para a criação do instrumento Ampae



Conforme definição da equipe proponente e elaboradora desse estudo, os quatro eixos orientadores da análise – Governança, Marcos normativos, Alimentação e nutrição, e Financiamento – têm seus objetivos analíticos e seus respectivos indicadores descritos a seguir:

Quadro 1. Descrição dos objetivos analíticos e indicadores para cada um dos eixos.

I - Governança	
Objetivo analítico	Indicadores
Analisar a direção estratégica da gestão, incluindo o envolvimento multissetorial, interinstitucional e comunitário, bem como a implementação de mecanismos para sua realização.	1) intersectorialidade horizontal em questões de alimentação escolar, 2) intersectorialidade vertical, 3) gestão do PAE, 4) grau de participação dos diferentes atores institucionais, 5) participação comunitária nas atividades do PAE, 6) uso de tecnologias para apoiar a gestão e a coleta de informações, 7) disponibilidade de informação geral do PAE e 8) processos de monitoramento, análise e diagnóstico do PAE

II - Marcos normativos

Objetivo analítico	Indicadores
Busca-se aprofundamento sobre a disponibilidade normativa e regulatória diretamente relacionada aos programas de alimentação escolar, suas características, efetividade, nível de aderência e alinhamento nacional.	<ol style="list-style-type: none">1) lei ou normativa de alimentação escolar no país,2) características da lei de alimentação escolar,3) nível de adesão do PAE à lei de AE,4) lei de compras públicas vinculadas à agricultura familiar,5) normativas de segurança alimentar e nutricional,6) efetividade da implementação das leis e normativas nacionais vinculadas aos PAE (SAN, compras da AF e AE),7) entornos escolares saudáveis,8) estratégias nacionais de educação alimentar e nutricional (EAN) e9) harmonia normativa.

III - Alimentação e nutrição

Objetivo analítico	Indicadores
Analisam-se aspectos relacionados aos processos qualitativos de desenvolvimento de programas, como o acesso à alimentação e a educação alimentar e nutricional.	<ol style="list-style-type: none">1) o planejamento integral dos cardápios escolares saudáveis,2) o nível de qualificação profissional dos especialistas em nutrição, coordenadores e técnicos da AE,3) quão regionais são os cardápios,4) cozinhas escolares e características de sua infraestrutura,5) refeitórios e espaços escolares para o consumo de alimentos,6) hortas escolares pedagógicas,7) processo de compras públicas de alimentos da agricultura familiar.

IV - Financiamento

Objetivo analítico	Indicadores
Analisam-se os temas relacionados ao orçamento e aos dados de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos PAE.	<ol style="list-style-type: none">1) diagnóstico da realidade orçamentária dos programas,2) orçamento do PAE,3) cobertura de alimentação escolar alcançada,4) capacidade de adequação dos recursos disponíveis,5) condições de intersetorialidade financeira e6) disponibilidade de dados sobre os programas para seu acompanhamento efetivo e avaliação a partir do ponto de vista orçamentário.

Para cada um dos eixos de análise, foi atribuída uma pontuação total máxima de 40 pontos. O eixo I (Governança) está composto por 8 perguntas, o II (Marcos Normativos) por 9, o III (Alimentação e Nutrição) por 7 e o IV (Financiamento) por 6. Cada pergunta pode ser respondida com base em uma escala de 1 a 4 pontos por resposta.

A pontuação final de cada eixo foi calculada a partir da média ponderada das respostas, considerando a pontuação obtida em cada pergunta e sua respectiva proporção em relação ao total possível de pontos do eixo (40 pontos), conforme descrito no Quadro 2. Esse procedimento permitiu padronizar os escores e compará-los entre os diferentes eixos.

A interpretação dos resultados e a classificação do nível de desenvolvimento foram baseadas na porcentagem de pontos obtidos em relação ao total máximo possível. A seguir, descrevem-se os critérios utilizados para classificar o nível de desenvolvimento em cada eixo, conforme a pontuação alcançada. Com base nesses resultados foram atribuídos os graus de maturidade dos PAE de cada um dos países participantes, conforme orientações da Quadro 02 infra, que sistematiza a aplicação da escala:

Quadro 2. Escala de avanços e pontuação alcançada

Grau de avanço	Pontuação alcançada
Não se aplica	A análise não pôde ser realizada para o eixo em questão.
Principiante (-)	Menos de 20% do total máximo de pontos possíveis.
Principiante (+)	Maior ou igual a 20% e menor que 40% do total máximo de pontos possíveis.
Intermediário (-)	Maior ou igual a 40% e menor que 60% do total máximo de pontos possíveis.
Intermediário (+)	Maior ou igual a 60% e menor que 75% do total máximo de pontos possíveis.
Avançado (-)	Maior ou igual a 75% e menor que 90% do total máximo de pontos possíveis.
Avançado (+)	Maior ou igual a 90%.

Fonte: Elaboração própria

Com base no instrumento e parâmetros apresentados, os dados de cada eixo foram avaliados para determinar o nível de desenvolvimento dos PAE, considerando a porcentagem de pontuação obtida.

Complementarmente, aos itens fechados, o instrumento incluiu uma segunda parte com campo aberto para a identificação dos cinco principais desafios enfrentados por cada país, classificados com notas de 1 a 5. Além disso, solicitou-se o envio de documentos comprobatórios para justificar suas escolhas para cada uma das perguntas de cada um dos eixos. Esses documentos compuseram a análise qualitativa geral das respostas estruturadas, favorecendo e complementando a compreensão das respostas do formulário. Assim, ainda que esses documentos não apareçam nesse estudo, compuseram os relatórios dos países. A exigência de que pelo menos dois representantes nacionais chegassem a consensos sobre cada resposta também reforça a natureza interpretativa do processo. Esse sistema permite não apenas uma análise quantitativa, mas também uma identificação qualitativa das áreas que demandam maior atenção.

¹ O entorno alimentar é entendido como o conjunto de condições físicas, econômicas, socioculturais e regulatórias que determinam o acesso, a acessibilidade, a segurança e as preferências alimentares. Ambientes alimentares saudáveis são ambientes alimentares seguros e de apoio que facilitam o acesso físico a alimentos nutritivos para dietas saudáveis que reduzem o risco de todas as formas de desnutrição, incluindo subnutrição, excesso de peso, obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas com a dieta. Muitos elementos do ambiente alimentar determinam os hábitos alimentares, uma vez que a cultura, a língua, as práticas culinárias, os conhecimentos e hábitos de consumo, as preferências alimentares, as crenças e os valores estão relacionados com a forma que os alimentos são obtidos, gerados, produzidos e consumidos. (SOFI, 2024)

É importante mencionar que, na apresentação dos resultados, os países não foram identificados, a fim de garantir o anonimato, respeitando a soberania e a especificidade de cada contexto nacional. Ainda assim, cada país recebeu os resultados correspondentes à sua própria análise, destinados ao uso interno nacional.

Importa destacar também que o instrumento avaliativo AMPAE não possui caráter fiscalizador, mas sim diagnóstico. Seu propósito é identificar avanços, fragilidades e oportunidades de aprimoramento com base em evidências autorreferidas e pactuadas entre os atores nacionais. Assim, o estudo para a concepção e aplicação do instrumento foi guiado por princípios de cooperação solidária, fortalecimento institucional e transparência, em consonância com os objetivos estratégicos da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES).

2.3. Detalhamento da estratégia de aplicação

A estratégia adotada para aplicação do instrumento nos países que fizeram adesão à iniciativa envolveu diversos atores: além da coordenação institucional por parte da ABC, do FNDE e da FAO, o estudo contou com consultores contratados, especialistas internacionais e representantes dos governos locais. A metodologia adotada se articula, portanto, com o ambiente de cooperação consolidado pela RAES e com uma abordagem técnica detalhada a seguir.

2.3.1 Mapeamento dos atores e suas atribuições

Para que o estudo tivesse início e fosse capaz de atingir seus objetivos, houve o intuito de que múltiplos atores interessados fossem mapeados e convidados à participação no projeto para garantir sua visão multidimensional e colaborativa. Após essa primeira etapa, de mapeamento dos atores, distribuíram-se as funções aos envolvidos:



Equipe gestora

formada por ABC, FNDE e FAO, encarregou-se de discutir e estabelecer as diretrizes e linhas gerais para o desenvolvimento do estudo que objetiva a criação de um instrumento avaliativo da maturidade dos programas de alimentação escolar para a ALC;



Equipe de apoio técnico e revisão do projeto

responsável por adaptar a metodologia a partir da MDGFIS, oferecer suporte técnico, acompanhamento, revisão e supervisão da criação do instrumento avaliativo, concluir o estudo com os resultados obtidos e garantir que as atividades executadas estivessem alinhadas com os objetivos estratégicos do projeto. Essa equipe foi responsável por aportar à realidade da cooperação e da implementação e execução dos PAE nos países participantes.



Equipe externa

composta por atores de diversas entidades externas, como organizações internacionais, academia e sociedade civil, que ofereceu orientações básicas sobre a elaboração do instrumento. Entre os participantes constam o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o Research Consortium for School Health and Nutrition e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

IV Consultores contratados

foram mapeados por meio de indicações profissionais que dispusessem de conhecimento de programas de AE na região, bem como de experiência com AE regional ou global, fluidez nos idiomas, além de experiência com pesquisa com os países participantes e habilidades de relacionamento com estes. Após esse processo de triagem, foram realizadas entrevistas e finalmente definidos dois consultores. Esses profissionais realizaram a apresentação do instrumento avaliativo junto aos pontos focais dos governos e da FAO nos países, enviaram os questionários, coletaram e revisaram documentos comprobatórios dos países, e sistematizaram os dados para o relatório final.

V Pontos focais da FAO em cada país

facilitaram a coordenação e organização das atividades locais e participaram das reuniões de aplicação dos formulários de seus países.

VI Pontos focais nacionais designados pelos governos locais

pelo menos dois gestores envolvidos com os programas nacionais de alimentação escolar que representaram seus respectivos países para a aplicação local do instrumento. Participaram ativamente das reuniões com os consultores, responderam aos questionários, forneceram informações essenciais para a análise e sustentaram suas respostas por meio do envio de documentos comprobatórios para cada item focal de cada eixo do questionário, e, além disso, validaram os resultados preliminares do estudo antes de sua conclusão.

Destaca-se que os países participantes desempenharam um papel crucial no sucesso do AMPAE. Por meio de seus representantes, contribuíram com dados, perspectivas e feedbacks fundamentais para garantir que os resultados refletissem com precisão a realidade de seus programas de alimentação escolar. Em grande medida, essa abordagem participativa e multidimensional permitiu que o AMPAE se consolidasse como um instrumento analítico robusto para fortalecer os PAE na América Latina e no Caribe, garantindo a sustentabilidade e o impacto positivo dessa iniciativa na região.



2.3.2 Detalhamento da coleta



Destaca-se que o instrumento é composto por eixos, indicadores e escalas analíticas. Para que atinja seu objetivo — conhecer o grau de maturidade dos PAE em diferentes países da América Latina e Caribe —, a aplicação do questionário (Anexos I a IV) constitui uma etapa fundamental.

Os objetivos do estudo foram apresentados publicamente em setembro de 2024, durante um dos eventos oficiais da RAES e, naquele momento, foi realizado um primeiro convite à participação na pesquisa, por adesão. Em outubro do mesmo ano, foi promovido um encontro virtual com os países-membros que haviam demonstrado interesse, a fim de detalhar os objetivos, a abordagem metodológica e o potencial de contribuição do estudo para o aprimoramento dos PAE na região.

Em outubro do mesmo ano, foi promovido um encontro virtual com os países-membros que haviam demonstrado interesse, a fim de detalhar os objetivos, a abordagem metodológica e o potencial de contribuição do estudo para o aprimoramento dos PAE na região.

Após esse processo de divulgação e sensibilização, foi aberto um chamado voluntário para participação dos países interessados. Como resultado, seis países — Brasil, Belize, Chile, Colômbia, Paraguai e República Dominicana — manifestaram formalmente seu interesse e indicaram pontos focais nacionais. A partir da confirmação das adesões, as atividades técnicas de aplicação do instrumento de diagnóstico foram iniciadas em novembro, com o apoio da RAES e da Cooperação Internacional Brasil-FAO.

O processo de aplicação ocorreu em diferentes fases. Inicialmente, o instrumento foi apresentado pelos consultores aos países participantes. Em seguida, em reunião online com os consultores contratados, os pontos focais deliberaram em conjunto sobre cada pergunta, chegando a um consenso para cada resposta. O preenchimento do formulário, conforme as respostas dos pontos focais durante os encontros virtuais, foi realizado pelos consultores.

O questionário foi estruturado de acordo com os eixos mencionados. Em sua primeira parte, foram incluídas 8 perguntas para o Eixo I, 9 para o Eixo II, 7 para o Eixo III e 6 para o Eixo IV. Cada pergunta apresentava cinco opções de resposta (de 0 a 4), sendo que "0" correspondia à opção "não se aplica", destinada a contextos específicos. Os respondentes deveriam escolher apenas uma opção por pergunta, considerando a mais apropriada à realidade nacional.

Ao final da seção estruturada, o questionário apresentava uma segunda parte, menos estruturada, em que os respondentes foram convidados a listar os cinco principais desafios enfrentados pelo PAE em seus países e a classificá-los com notas de 1 a 5. O objetivo dessa etapa era complementar a análise quantitativa, capturando nuances não identificadas nas perguntas fechadas e apontando áreas prioritárias para o apoio técnico nacional, regional e internacional promovido pela RAES.

Após o preenchimento na sessão online, os pontos focais receberam o formulário preenchido pelos consultores e tiveram duas semanas para validação e comentários, nessa oportunidade, alguns realizaram ajustes, também puderam refletir mais profundamente e elaborar comentários sobre suas respostas. Destaca-se, todavia, que esses comentários não estão expostos neste documento, com vistas à proteção da anonimidade dos países participantes. Além disso, para fundamentar as informações fornecidas, solicitou-se aos países participantes o envio de todos os documentos oficiais que justificassem cada uma das suas respostas. A lista dos documentos recebidos por país encontra-se disponível para os proponentes do estudo.

As respostas ao questionário constituíram a base de dados primária deste estudo e foram validadas pelos pontos focais nacionais, conforme descrito supra. Após a validação e aprovação por todas as partes interessadas, este documento foi oficialmente finalizado.

Em síntese, o período de coleta de dados do estudo AMPAE ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2024, junto aos seis países participantes. Inicialmente, os consultores marcaram reuniões virtuais com cada país, com duração média de duas a três horas, nas quais apresentaram o instrumento e esclareceram dúvidas sobre o preenchimento do questionário. Após esse encontro, os países receberam o questionário e tiveram um prazo adicional de duas a três semanas para registrarem suas respostas e reunirem os documentos comprobatórios solicitados. Em alguns casos, foi permitida uma etapa extra de revisão antes da consolidação final das informações.



3. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS



3.1 Descrição dos resultados, resultados por eixo e grau de maturidade

A seção 3.1 e seus subitens se dedica ao detalhamento dos resultados obtidos por meio da aplicação do questionário aos países participantes. É fundamental destacar que, para preservar a soberania e as especificidades de cada contexto nacional, todas as informações são apresentadas de forma agregada e completamente anonimizada. O objetivo central dessa abordagem é facilitar o aprendizado regional e a identificação de padrões sem juízo de valor, promovendo uma análise cooperativa. Inicialmente, apresenta-se uma análise geral do desempenho dos programas de alimentação escolar (PAE) em nível regional, seguida por um aprofundamento nos resultados e nos pontos de atenção de cada um dos quatro eixos estruturantes avaliados:



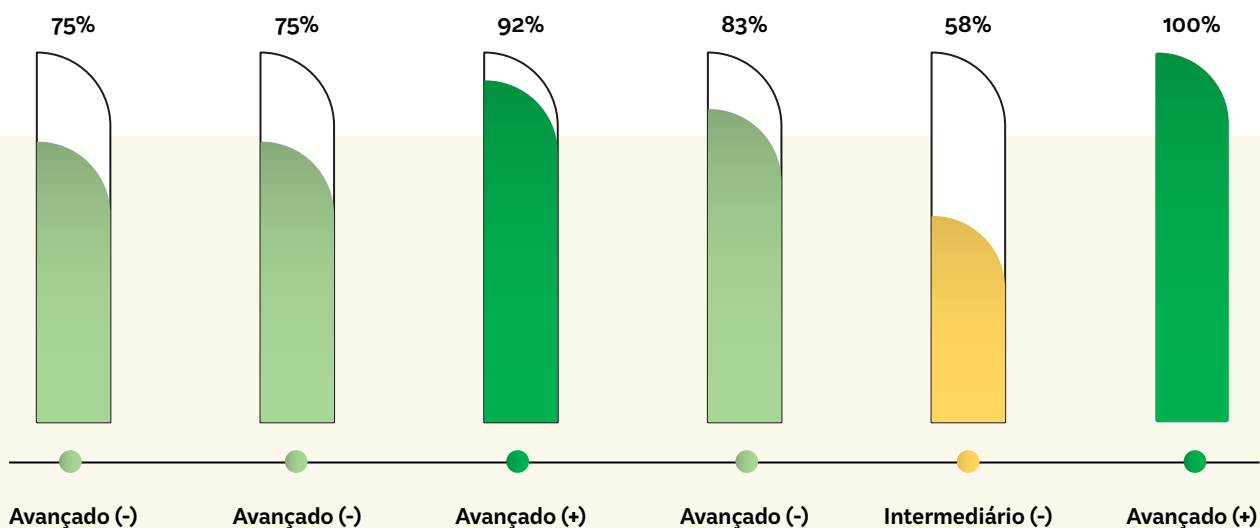
Posteriormente, no item 3.2, serão apresentados os principais desafios identificados pelos países por meio das respostas abertas do questionário. Essas contribuições, autodeclaradas e em formato livre, são cruciais para complementar a análise quantitativa e capturar nuances não evidentes nas perguntas fechadas, oferecendo uma perspectiva mais qualitativa das realidades locais. A sistematização e a análise desses dados foram realizadas com base na frequência e no nível de criticidade atribuído pelos próprios respondentes, enriquecendo a compreensão das lacunas e oportunidades para o fortalecimento dos programas de alimentação escolar.

3.1.1 Governança

Com base nos resultados apresentados no gráfico, a pontuação no Eixo I variou entre 58% e 100%, evidenciando um contraste importante entre os países. A maioria foi classificada no nível **Avançado**, e, apenas um país se situou no nível **Intermediário (-)**, o que demonstra um bom desempenho geral em termos de governança dos programas de alimentação escolar.

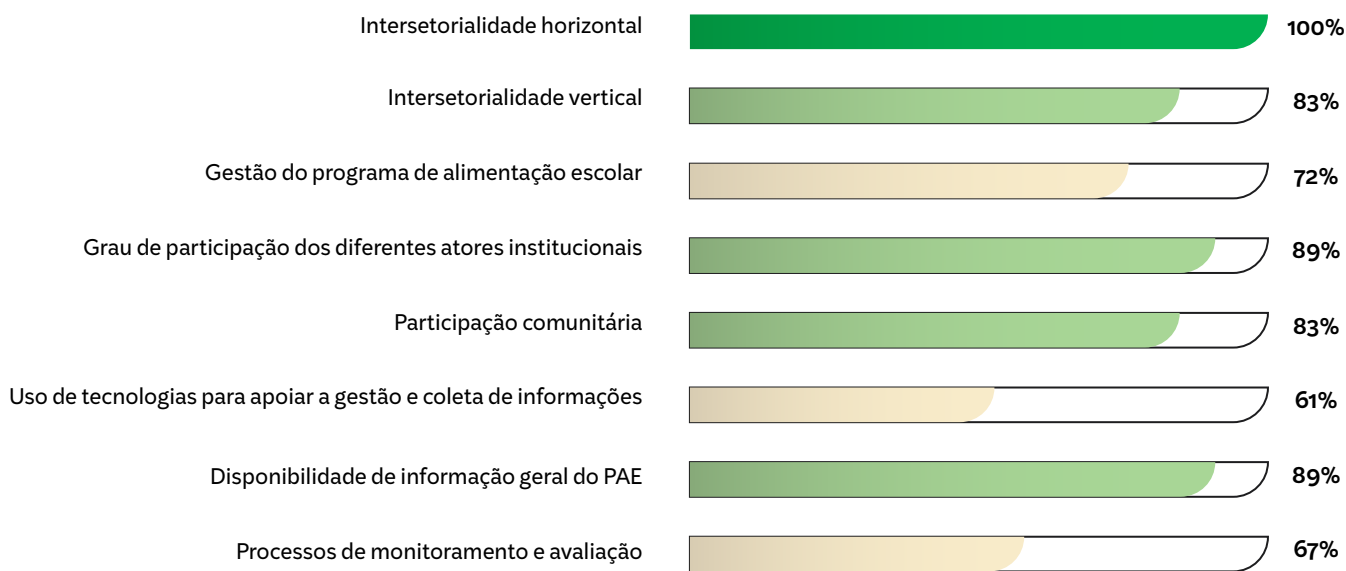
A pontuação média regional foi de 79%, correspondente ao nível **Avançado (-)**. Destacam-se conquistas relevantes, como a articulação intersetorial horizontal (100%) e vertical (83%), ambas classificadas em níveis avançados. Os países relataram ter estabelecido mecanismos formais de coordenação, como conselhos e comitês interministeriais, que fortalecem a integração entre os PAE e outras políticas públicas.

Gráfico 1. Eixo I - Governança - Níveis de avanço



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2. Eixo I - Governança - descritores e escala de avanço



Intermediário (+)
 Avançado (-)
 Avançado (+)

Fonte: Elaboração própria

A disponibilidade de informações gerais sobre os PAE também é notável, com 89% dos países garantindo acesso a dados essenciais que promovem a transparência e facilitam a tomada de decisões. Entretanto, outras áreas de governança, como a gestão do PAE (72%), o uso de tecnologias para coleta e análise de dados (61%) e os processos de monitoramento e avaliação (67%), apresentam oportunidades de melhoria. Esses aspectos representam desafios estratégicos para fortalecer a sustentabilidade e a eficácia dos programas.

Pontos de atenção:

Em síntese, é possível identificar que alguns aspectos exigem mais atenção em nível nacional e regional, sendo as dimensões de menor pontuação:

Gestão: em termos de gestão, buscou-se conhecer as decisões nacionais, se há uma estrutura formal que garanta a participação de outros órgãos de monitoramento envolvidos e se há reuniões sistemáticas para esse fim. Os resultados mostram que esta é uma área com lacunas significativas.

Uso de tecnologias: em termos de tecnologias, o objetivo era descobrir se existem instrumentos de coleta de informações ou ferramentas tecnológicas para análises mais avançadas de dados estatísticos ou para o monitoramento da implementação dos programas. Os resultados mostram que ainda persistem limitações na institucionalização desses mecanismos.

Promoção de sistemas de monitoramento e avaliação de programas: buscou-se conhecer como os países monitoram o desenvolvimento de seus programas. Essa é uma questão desafiadora para a qual são necessários investimentos financeiros e de pessoal para aprimorar esses processos. No entanto, 33,3% dos entrevistados mencionaram que estão trabalhando na construção de aplicativos e softwares para melhorar esses aspectos, o que representa uma oportunidade de avanço.

Figura 2. Eixo I - Pontos de atenção



**Gestão do programa
de alimentação
escolar**



Uso de tecnologias



**Monitoramento e
avaliação**

Fonte: Elaboração própria

3.1.2 Marcos normativos

No **Eixo II – Marcos normativos**, a média dos países apresenta um nível intermediário (-), o que reflete o compromisso dos países em fortalecer as bases legais que sustentam os PAE, ainda que com margens significativas para melhoria. Os resultados que variam entre 37% e 100% entre os países, com distribuição

Gráfico 3. Eixo II - Marcos normativos – Níveis de avanço

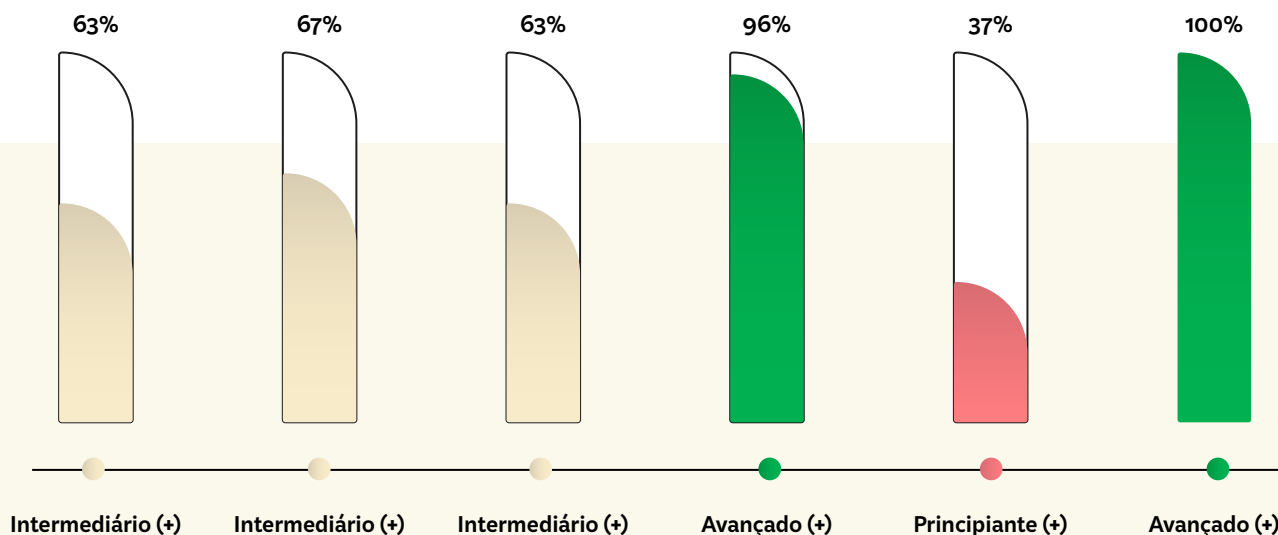
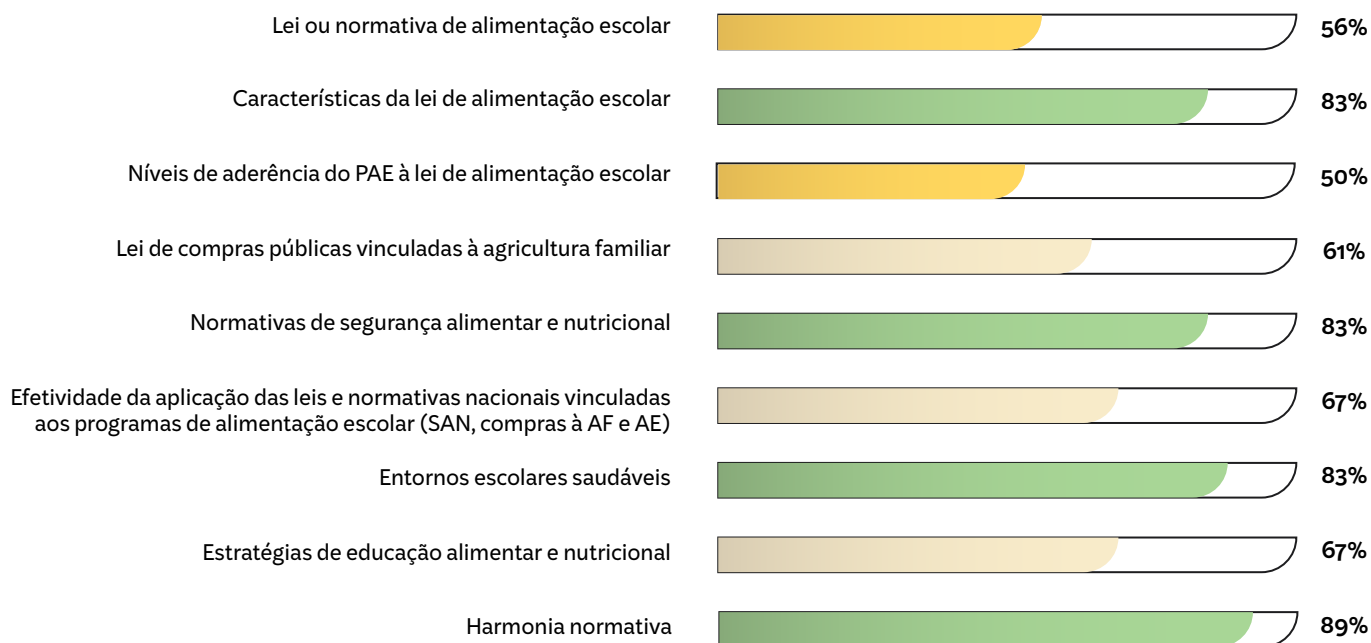


Gráfico 4. Eixo II - Marcos normativos - Descritores e escala de avanço



■ Intermediário (-)
 ■ Intermediário (+)
 ■ Avançado (-)

Fonte: Elaboração própria

Embora haja progresso na harmonização normativa (89%) e nos marcos legais relacionados à segurança alimentar e nutricional (83%), permanecem desafios importantes como a falta de normas específicas sobre alimentação escolar e compras públicas estatais.

Embora em alguns países os PAE tenham um nível satisfatório de alinhamento com as leis de alimentação escolar, metade deles, 50%, tem outra legislação específica, e a adesão a essas leis chega a apenas 56%. Além disso, a implementação de compras públicas ligadas à agricultura familiar (61%) e a eficácia da aplicação das leis existentes (67%) são áreas que exigem atenção para maximizar o impacto dos PAE nas comunidades.

Pontos de atenção:

Observa-se que, embora a média do eixo de marcos normativos esteja em nível intermediário, os respondentes ressaltaram que estão avançando cada vez mais no desenvolvimento de normativas para alcançar a implementação de programas de alimentação escolar sustentável. Neste eixo, é importante destacar os indicadores que demandam mais atenção, tais como:

Leis de alimentação escolar: são consideradas mecanismos normativos essenciais para garantir a qualidade da implementação e a sustentabilidade dos PAE. Estão presentes em 50% dos países desta amostra. Contudo, esse percentual não representa a realidade da região, pois, do universo de 33 países, 08 contam com leis específicas de AE. Isso significa que a proporção de países com estruturas legais formais ainda é limitada em toda a região. Ademais, identifica-se que em 50% dos casos da amostra, a lei não faz aderência aos programas, o que configura fragilidades na sua aplicação.

Leis ou normativas de compras públicas vinculadas à agricultura familiar: são estratégias normativas para viabilizar a oferta de alimentos saudáveis, adequados regionalmente e locais. 50% dos países afirmaram que operam com base nessas normativas, que estão em vigor, mas o nível de aplicação se encontra em nível intermediário. Observa-se que estão presentes nos países com leis específicas de alimentação escolar.

Estratégias de educação alimentar e nutricional: buscou-se conhecer como os países acompanham o desenvolvimento dessas atividades em seus programas. Os resultados mostram que essa questão continua sendo um desafio regional. Embora estratégias de EAN sejam promovidas, sua implementação ainda é voluntária e carece de incorporação sistemática em ações efetivas planejadas no currículo escolar, o que limita seu alcance e sustentabilidade a longo prazo.

Figura 3. Eixo II - Pontos de atenção



**Leis de
alimentação
escolar**



**Leis ou regulamentos
sobre compras públicas
da agricultura familiar**

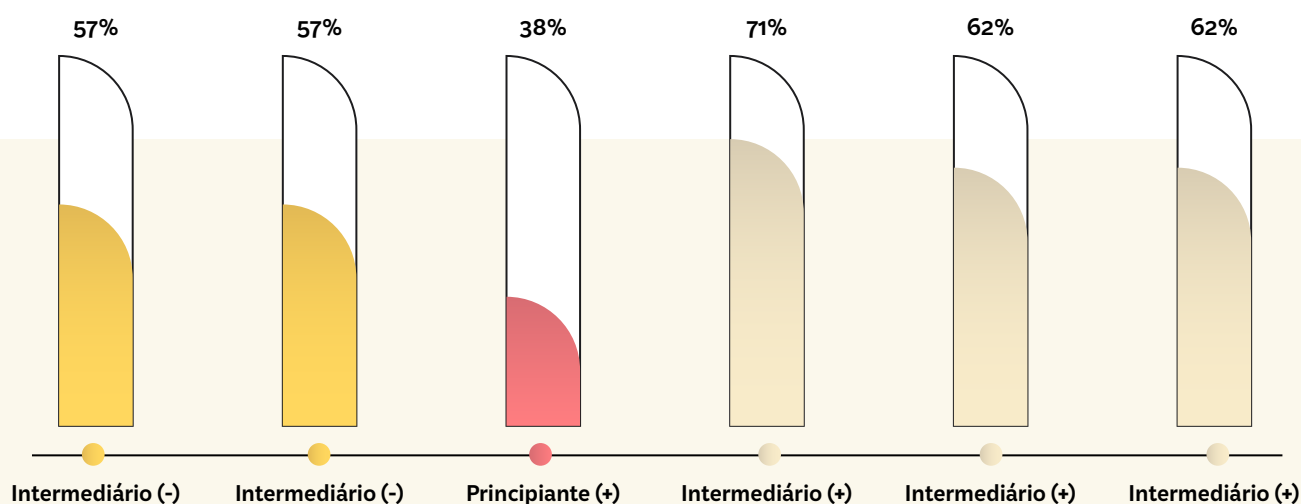


**Estratégias de
educação alimentar e
nutricional**

3.1.3 Alimentação e nutrição

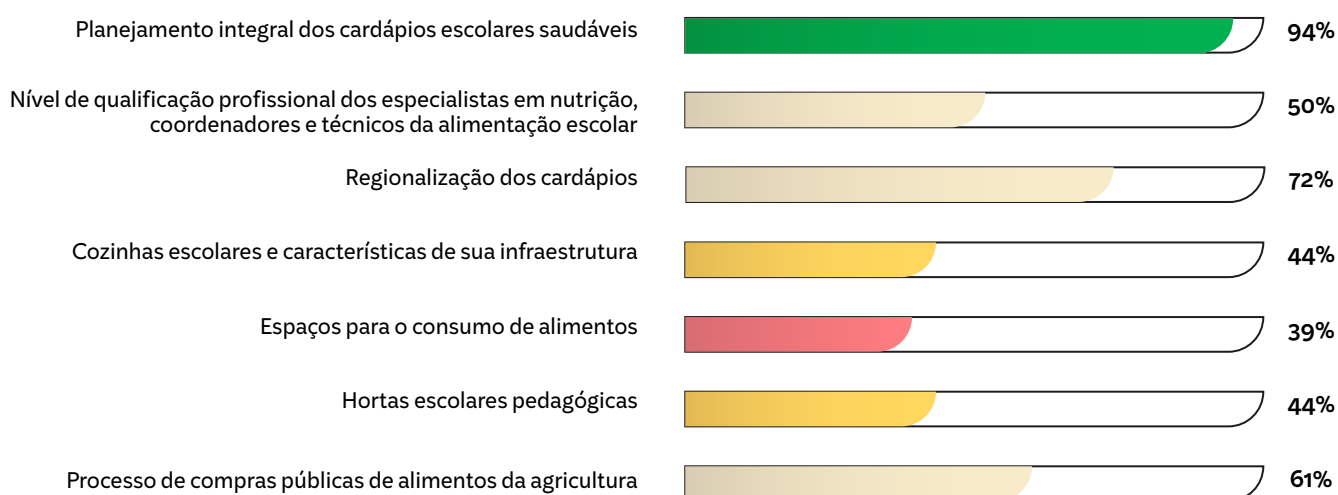
O **Eixo III – Alimentação e Nutrição** está muito vinculado à implementação e execução dos PAE. Comparado aos demais eixos, foi o que alcançou a menor média de avanço, **57%, Intermediário (-)**. Observa-se uma disparidade importante nos níveis de desenvolvimento do Eixo III entre os respondentes. Embora um país alcance 71%, posicionando-se como o de mais alto nível de desenvolvimento na região, outro país apresenta um nível Principiante (+) com apenas 38%, muito abaixo da média de 57%. Esse contraste evidencia áreas críticas que requerem atenção prioritária para melhorar a qualidade da implementação dos PAE.

Gráfico 5. Eixo III - Alimentação e nutrição - Níveis de avanço



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6. Eixo III - Alimentação e nutrição - Descritores e escala de avanço



■ Principiante (+)
 ■ Intermediário (-)
 ■ Intermediário (+)
 ■ Avançado (+)

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos indicadores apresenta pontuação baixa e se refere a áreas onde é necessária uma melhor implementação ou um maior investimento, como na infraestrutura de cozinhas e refeitórios escolares, 44% e 39%, respectivamente; ou seja, menos da metade dos países confirma ter espaço reservado com condições adequadas para preparar e oferecer alimentos nas escolas. Também se evidencia a capacitação limitada do pessoal técnico em nutrição, 50%, e a baixa integração de práticas sustentáveis, como o uso de alimentos provenientes da agricultura familiar. Com base nessas constatações, pode-se ressaltar:

- A** A elaboração dos cardápios é o único indicador deste eixo que apresenta resultados avançados, pois 94% dos países afirmam estar em nível avançado de desenvolvimento dessa elaboração. No entanto, identificou-se a necessidade de diversificar os cardápios escolares para incluir opções regionais que reflitam a cultura local e promovam hábitos alimentares mais
- B** A infraestrutura das cozinhas é um dos grandes desafios, uma vez que apenas 44% dos países forneceram dados sobre esse aspecto e afirmaram dispor de infraestrutura adequada para o armazenamento, a preparação e o abastecimento de alimentos.
- C** Além disso, 39% dos participantes afirmaram que menos de 25% das escolas contam com espaços adequados para o consumo de alimentos – refeitórios.
- D** Observou-se que 61% dos países apresentam um nível de desenvolvimento avançado nos processos de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar, destacando-se especialmente três países que contam com leis específicas de alimentação escolar.

Assim, podemos inferir que há uma estreita relação entre o déficit de pessoal técnico capacitado, a falta de especialistas em nutrição nas equipes de gestão dos PAE, as fragilidades na implementação de ações de educação alimentar e nutricional, o desempenho limitado na implementação de hortas escolares e a ausência de mecanismos normativos que permitam a aquisição de produtos saudáveis e adequados. Essa combinação agrava os problemas de implementação dos PAE.



Pontos de atenção:

Nível de capacitação dos técnicos que atuam nos programas: buscou-se saber se a equipe de AE é composta por profissionais qualificados que participam continuamente de atividades organizadas pelo ministério para fortalecer suas competências. Aqui é mencionada a baixa formação do corpo técnico em nutrição e a baixa inserção de práticas sustentáveis, mas nos relatos de desafios os participantes destacam que ainda há um quantitativo insuficiente de profissionais, que quase sempre atuam com efetivo reduzido em relação à demanda dos programas.

Regionalidade dos cardápios: buscou-se conhecer se o cardápio implementado foi planejado considerando a região, o que é um requisito formalmente solicitado pelo ministério para sua aprovação. Essa descoberta mostra que cardápios centralizados e pouco diversificados ainda persistem.

Infraestrutura dos espaços de preparação, armazenamento e consumo de alimentos: buscou-se conhecer o percentual de funcionamento desses espaços escolares nos PAE. Esse percentual oscila entre 25 e 50% das escolas. Há países que não conseguiram informar por falta de dados.

Compras públicas da agricultura familiar: buscou-se saber se os países têm utilizado esse mecanismo para a aquisição de alimentos para a alimentação escolar, que inclui um componente de monitoramento para garantir a eficácia do processo. Há evidências de que o processo de compras ainda requer atenção.

Figura 4. Eixo III - Pontos de atenção



Capacidade dos técnicos



Regionalidade dos cardápios



Infraestrutura do programa de alimentação escolar



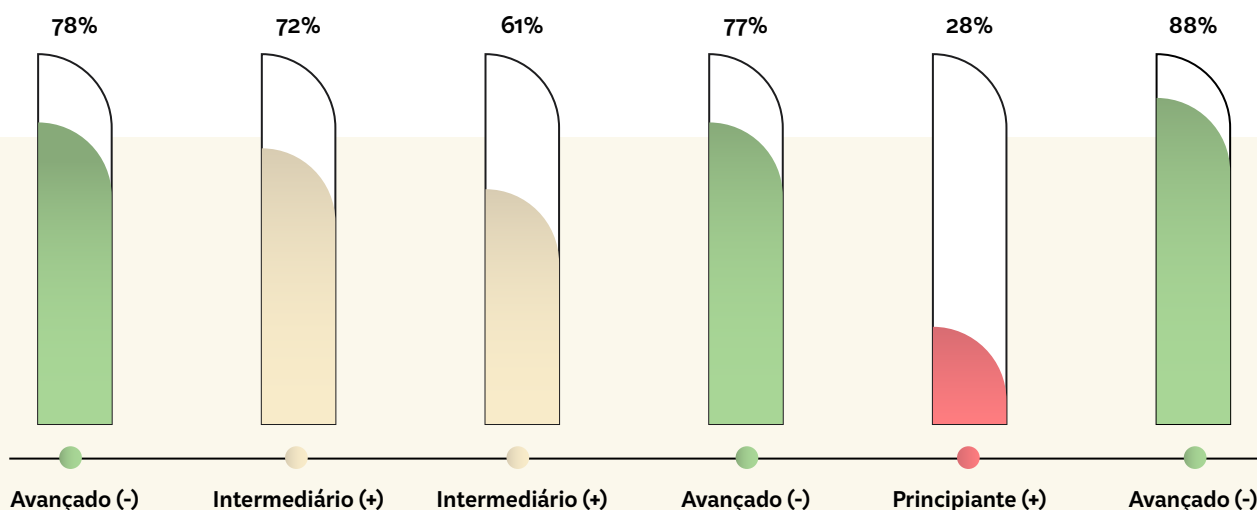
Compras públicas da agricultura familiar

Fonte: Elaboração própria

3.1.4 Financiamento

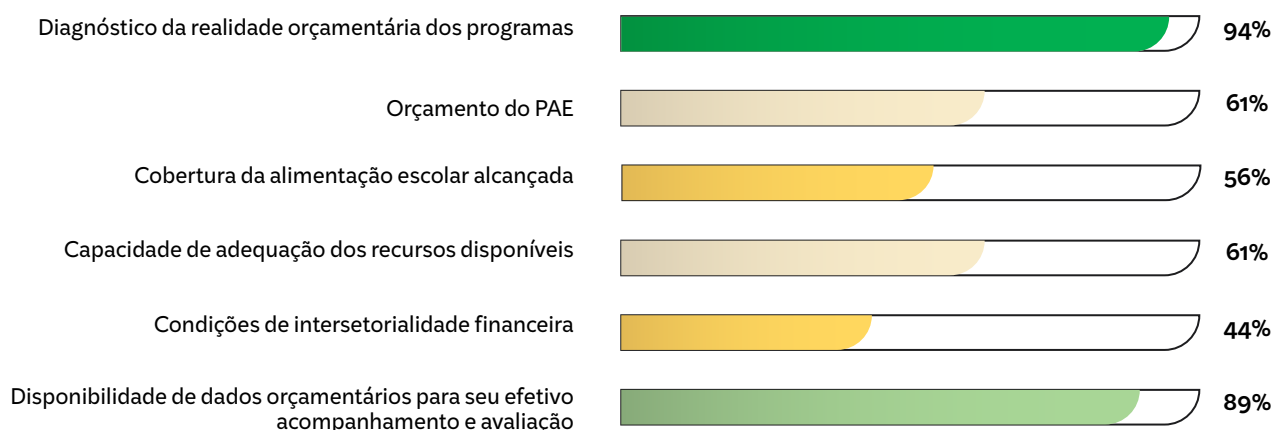
No eixo de financiamento, identificam-se notáveis diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos países. O percentual alcançado apresenta um contraste significativo, variando entre 28% e 88%, com uma média geral de **67%**, ou seja, um nível **Intermediário (+)**. 33,3% dos países situam-se em um nível avançado, enquanto 16,6% enfrentam desafios significativos com um desempenho de 28%, situando-se em um nível Princiante (+).

Gráfico 7. Eixo IV - Financiamento - Níveis de avanço

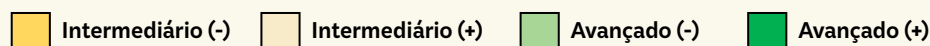


Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8. Eixo IV - Financiamento - Descritores e escala de avanço



Fonte: Elaboração própria



Nos dados coletados no eixo de financiamento, embora tenham sido alcançados resultados significativos na realização de diagnósticos orçamentários (94%) e na disponibilidade de dados financeiros (89%), persistem desafios para garantir a cobertura universal e a sustentabilidade dos programas. A cobertura dos PAE continua sendo limitada (56%), o que restringe sua capacidade de garantir o acesso universal a uma alimentação escolar saudável, fresca e adequada.

Pontos de atenção:

Neste eixo, destacam-se os seguintes pontos de atenção:

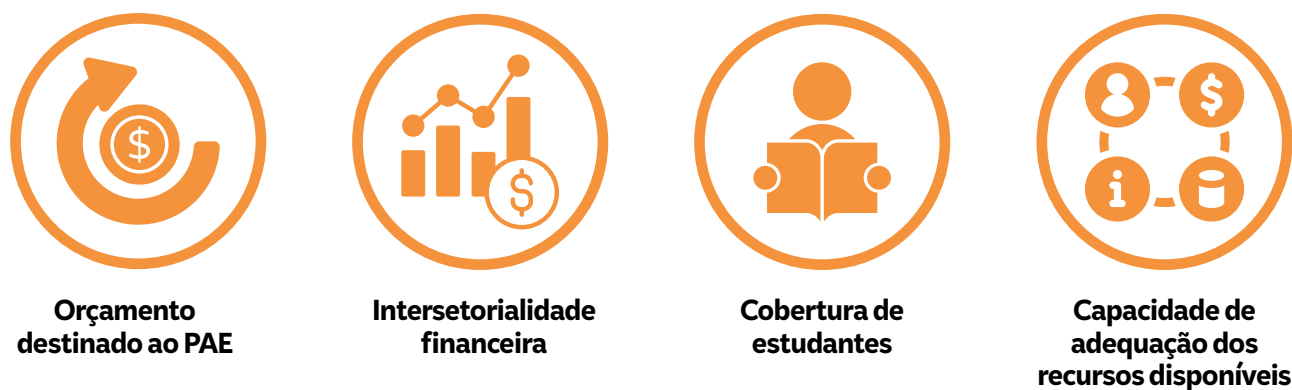
Orçamento destinado ao PAE: buscou-se saber se os recursos financeiros destinados aos PAE permitem atingir tanto a cobertura quanto a qualidade desejada. É um mecanismo de sustentabilidade dos PAE que requer atenção porque ficou evidenciada insuficiência e debilidade nesse componente.

Intersetorialidade financeira: buscou-se saber se o PAE já conta com o apoio de múltiplos financiadores e níveis governamentais e se possui uma estratégia aprovada que facilite a intersectorialidade financeira e sua sustentabilidade. É uma estratégia que ainda não está presente na maioria dos países participantes.

Cobertura de estudantes: buscou-se saber o percentual de estudantes alcançados pelo PAE. O nível ficou em Intermediário (-), o que significa que atinge entre 40 e 70% dos estudantes. É um tema que requer mecanismos eficientes para o alcance da cobertura total de estudantes, com vistas à garantia do direito humano à alimentação adequada para todos.

Capacidade de adequação dos recursos disponíveis: refere-se à existência de um plano formalmente estabelecido para cada tipo de eventualidade que possa surgir, de modo que o pessoal envolvido na gestão e implementação dos PAE e os membros da comunidade escolar sejam capacitados regularmente sobre esse tema. É importante criar mecanismos de adaptação dos recursos para garantir a oferta de alimentação em situações de emergência.

Figura 5. Eixo IV - Pontos de atenção

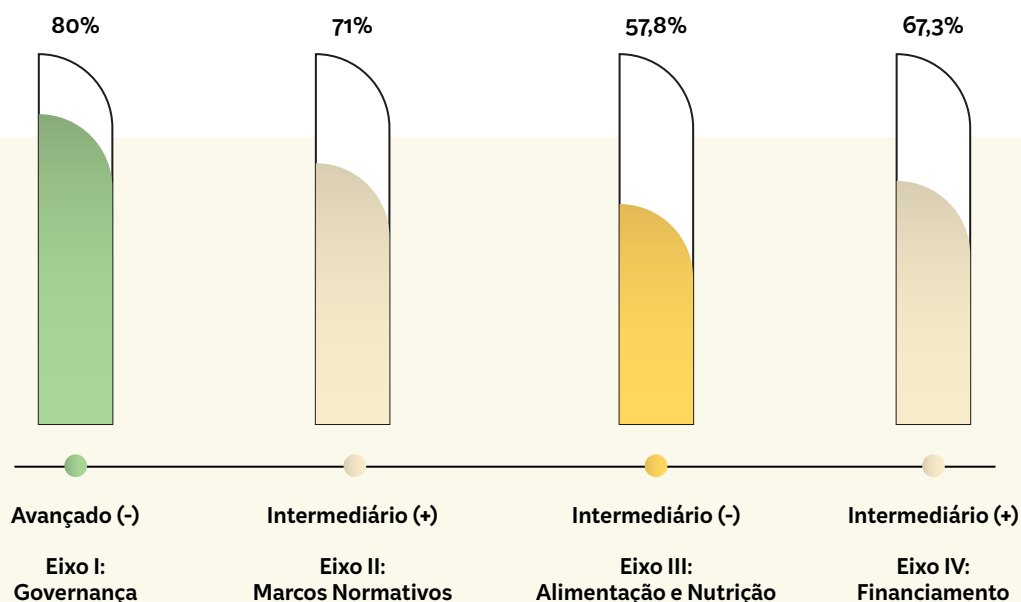


Fonte: Elaboração própria

3.1.5 Síntese dos resultados por eixo

A figura a seguir apresenta o nível médio de desenvolvimento alcançado por cada eixo, com base nas pontuações obtidas pelos países participantes. Pode-se observar que o Eixo III – Alimentação e nutrição – é o mais fragilizado, com a menor média de avanço, enquanto o Eixo I – Governança – se destaca como o mais desenvolvido. Para uma compreensão mais detalhada desses resultados, o Quadro 03 sintetiza os principais achados, destacando os pontos fortes e as áreas cujos descritores e escala de maturidade apontam maior necessidade de atenção em cada eixo avaliado.

Gráfico 09. Nível de avanço dos eixos



Fonte: Elaboração própria

Quadro 3. Síntese dos resultados dos questionários - Parte I

I - Governança
Destaques positivos:
<ul style="list-style-type: none"> • 100% dos países possuem articulação intersetorial horizontal. • 83% possuem articulação intersetorial vertical. • 89% disponibilizam informações gerais sobre os PAE, promovendo transparência.
Pontos de atenção:
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do programa (72%). • Uso de tecnologias para coleta e análise de dados (61%). • Monitoramento e avaliação (67%).
II - Marcos normativos
Destaques positivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Harmonização normativa (89%). • Marcos legais sobre segurança alimentar e nutricional (83%). • Promoção de ambientes escolares saudáveis (83%).
Pontos de atenção:
<ul style="list-style-type: none"> • Frágil aderência entre leis e programas (50%). • Implementação das compras públicas da AF ainda limitada (61%). • Estratégias nacionais formais de educação alimentar e nutricional (EAN) (67%).

III - Alimentação e nutrição

Destaques positivos:

- A elaboração dos cardápios escolares atinge nível avançado em 94% dos países.
- Desenvolvimento avançado nos processos de compras públicas de alimentos da agricultura familiar (61%).
- Presença de legislação específica para alimentação escolar em pelo menos três países, fortalecendo a segurança jurídica das compras públicas.

Pontos de atenção:

- Infraestrutura das cozinhas (44%) e refeitórios escolares (39%) estão entre os pontos mais frágeis.
- A redução de pessoal e a capacitação de pessoal técnico em nutrição está em apenas 50%.
- Lacunas combinadas em infraestrutura, capacitação técnica e ausência de normativas dificultam a sustentabilidade dos PAE, especialmente diante de instabilidade política e climática.

IV - Financiamento

Destaques positivos:

- 94% dos países contam com orçamento anual específico destinado à implementação dos PAE.
- 89% dos países disponibilizam publicamente dados financeiros sobre o programa, com atualização periódica.
- 56% dos países realizam diagnósticos orçamentários regulares para monitorar os recursos dos PAE.

Pontos de atenção:

- 33% dos países participantes relatam que os recursos atualmente disponíveis garantem cobertura e qualidade.
- Cobertura dos estudantes permanece abaixo do ideal.

Fonte: Elaboração própria

3.2 Resultados dos itens abertos

A segunda parte do questionário buscou identificar os principais desafios autodeclarados de maneira livre e aleatória para a implementação dos PAEs nos países. A análise das respostas foi à luz da frequência com que determinados temas foram mencionados pelos pontos focais e a pontuação atribuída a cada um, permitindo avaliar sua relevância e nível de criticidade.

A sistematização dos dados foi realizada internamente pela equipe do projeto, após a conclusão da coleta conduzida pelos consultores contratados para a aplicação. Embora não tenha sido utilizada uma ferramenta automatizada específica, foi adotado um processo de organização por categorias temáticas, com base na repetição e criticidade atribuída pelos próprios respondentes. Houve esforço de padronização com base na formação dos consultores, nas instruções repassadas e na preservação da soberania e dos contextos de cada país. Esclarecer essas etapas metodológicas contribui para reforçar a transparência e a replicabilidade do estudo.

A análise dos dados revelou uma série de desafios estruturais enfrentados pelos países na implementação dos programas de alimentação escolar (PAE). Um dos principais diz respeito ao financiamento: a ausência de um orçamento nacional formalmente estabelecido, somada à falta de estratégias intersetoriais para garantir a sustentabilidade financeira, limita a capacidade de ampliação e qualificação dos programas. A insuficiência de recursos impacta diretamente a cobertura, a qualidade nutricional dos cardápios, a gestão de pessoal e a execução de ações complementares como hortas escolares e campanhas de educação alimentar e nutricional (EAN).

Outro ponto crítico é a precariedade da infraestrutura física: muitas escolas não têm acesso à água potável e operam com cozinhas, refeitórios e equipamentos inadequados para a preparação e consumo de alimentos, o que compromete a segurança alimentar e sanitária dos estudantes.

Além disso, observou-se baixa participação da comunidade escolar na governança dos PAE, dificultando a construção de programas mais responsivos às realidades locais. A falta de espaços institucionais para a participação de estudantes, famílias e comunidades nas decisões e no monitoramento reduz o potencial transformador dessas políticas.

Também se identificaram limitações nos sistemas de gestão, monitoramento e avaliação, com baixa desagregação dos dados, ausência de indicadores padronizados e uso restrito de tecnologias. Por fim, as lacunas normativas seguem como entraves importantes: a inexistência ou desarticulação de leis e regulamentos específicos sobre alimentação escolar, SAN, EAN, compras da agricultura familiar e ambientes escolares saudáveis fragiliza a institucionalização dos programas e dificulta a coordenação entre setores e níveis de governo. A partir das análises, resumem-se os principais desafios narrados:



Quadro 4. Síntese dos resultados dos questionários - Parte II

Desafio 1: Financiamento dos PAE a nível nacional (alocação insuficiente)

- Dificuldade para garantir a sustentabilidade do financiamento devido à ausência de um orçamento formalmente definido e aprovado pelo governo ou de um plano nacional que contemple o PAE como prioridade.
- Falta de enfoque intersetorial para o financiamento, uma vez que os programas dependem em grande parte do ministério gestor.
- Insuficiência orçamentária para alcançar uma cobertura universal e cumprir com os padrões de qualidade desejada, especialmente ao que se refere ao valor nutricional dos cardápios escolares.
- Orçamento insuficiente para atender às necessidades de recursos humanos, bem como para a gestão, o planejamento, a implementação, a supervisão e a capacitação relacionados aos PAE.
- Escassez de recursos financeiros para implementar iniciativas complementares, como hortas escolares ou campanhas de EAN.

Desafio 2: Infraestrutura inadequada

- Falta de acesso à água potável em muitas escolas.
- Aumento dos riscos para a saúde pública devido à infraestrutura inadequada para o armazenamento, a preparação e o fornecimento de alimentos (inocuidade).
- Escassez de cozinhas, refeitórios e espaços saudáveis e adequados para o consumo de alimentos.
- Equipamentos de cozinha e materiais insuficientes para atender às necessidades do programa.

Desafio 3: Participação comunitária (baixa participação da comunidade escolar)

- Insuficiência de atividades que promovam a participação de estudantes, pais de família e comunidades na supervisão, no feedback e na tomada de decisões sobre os PAE.
- Escassa inclusão da comunidade em iniciativas de EAN e promoção de hábitos saudáveis.
- Falta de consolidação de espaços formais para a participação cidadã.

Desafio 4: Sistemas de gestão, monitoramento e avaliação (ausência de sistemas)

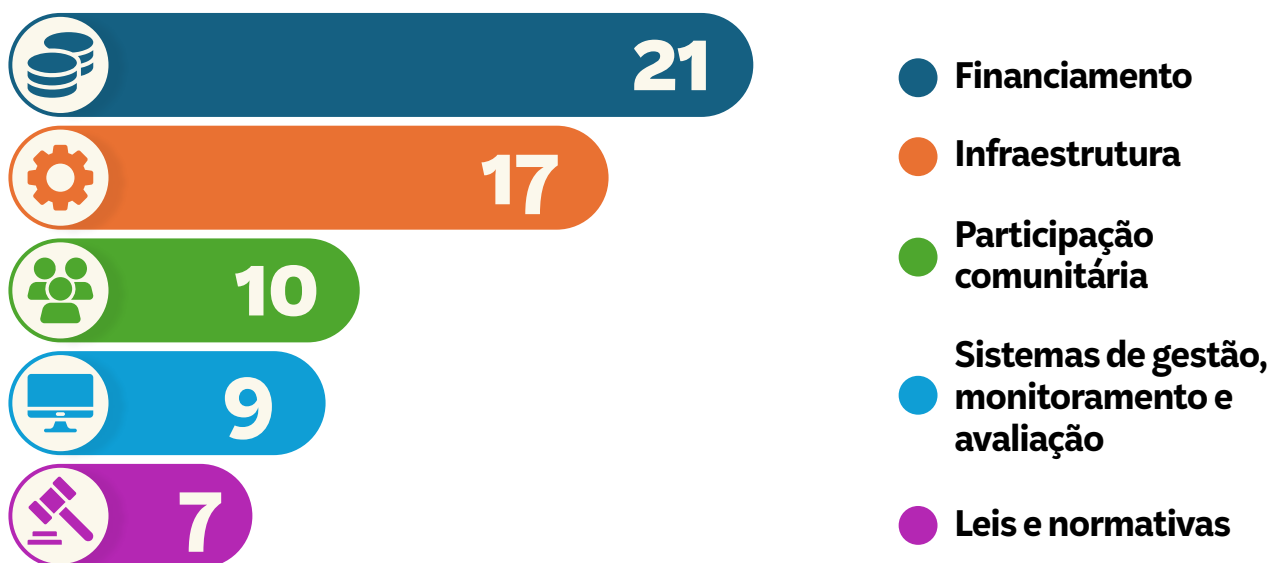
- Desagregação limitada dos dados.
- Monitoramento insuficiente que não permite obter informações detalhadas sobre a infraestrutura, como o número de escolas com cozinhas, refeitórios ou serviços básicos.
- Dificuldades para acessar e trocar informações entre os diferentes setores governamentais.
- Uso limitado de tecnologias e ferramentas modernas para a gestão, monitoramento e avaliação, devido à falta de capacitação e disponibilidade.
- Ausência de indicadores, padrões e periodicidade definidos para a coleta de informações e um monitoramento

Desafio 5: Leis e normativas

- Ausência de leis ou normativas relacionadas à AE, SAN, EAN, agricultura familiar, hortas escolares ou à proibição de alimentos processados em ambientes escolares.
- Duplicidade de objetivos ou falta de alinhamento entre as leis e normativas relevantes para os PAE.
- Insuficiência de normativas que promovam a intersectorialidade horizontal e vertical, bem como a criação de comitês para a gestão da AE.

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10. Frequência dos principais desafios mencionados pelos países



Fonte: Elaboração própria

3.3 Análise conjunta dos itens abertos e fechados

A análise dos quatro eixos evidenciou que os países obtiveram melhor desempenho no eixo de governança, com média de 80%, enquadrando-se no nível **Avançado (-)**. O eixo de marcos normativos apresentou desempenho significativo, com média de 71%, classificada como **Intermediário (+)**. Já o eixo de alimentação e nutrição obteve a menor pontuação, com média de 57,8%, sendo enquadrado como **Intermediário (-)**, o que aponta uma fragilidade relativa na implementação dos programas nessa dimensão. Por fim, o eixo de financiamento registrou média de 67,3%, também classificado como **Intermediário (+)**, indicando desafios relacionados à sustentabilidade financeira dos programas. Em particular, os itens dos indicadores dos eixos de menor pontuação são destacados abaixo, reforçando a importância da infraestrutura e financiamento dos PAE.



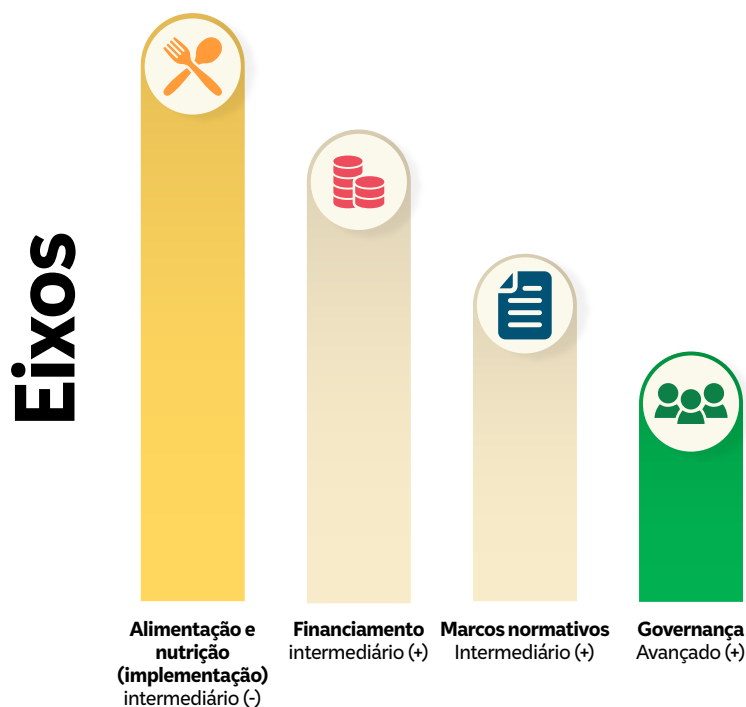
Figura 6. Pontos de atenção por eixo



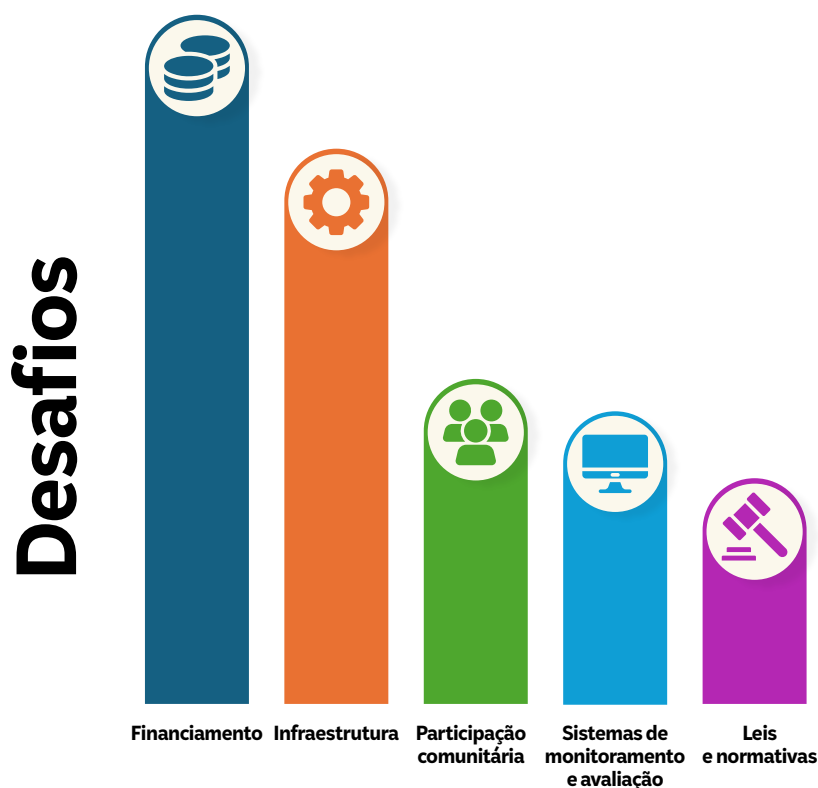
Fonte: Elaboração própria

Na análise dos itens abertos, os interlocutores destacaram que o principal e mais atual desafio tem sido assegurar um financiamento adequado e suficiente para os programas, especialmente no que se refere à garantia da qualidade nutricional dos cardápios, à infraestrutura escolar e à universalização da atenção aos estudantes. Outros desafios apontados incluem a melhoria da infraestrutura dos centros educativos, o fortalecimento da participação comunitária, o aprimoramento dos marcos normativos dos programas e a criação de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação. A figura a seguir ilustra a síntese dos achados do estudo.

Figura 7. Eixos de atenção e principais desafios



Com este gráfico, infere-se que o eixo alimentação e nutrição é o que demanda mais atenção por parte dos países analisados. O nível Intermediário (-) demonstra que são necessárias ações e apoio técnico para avançar na implementação e execução dos PAE.



Ao final, infere-se que os temas de financiamento e infraestrutura se destacam como os principais desafios enfrentados pelos países, podendo influenciar os demais resultados e contribuir para a prevalência de níveis intermediários, especialmente na implementação dos programas.

Fonte: Elaboração própria

4. RECOMENDAÇÕES



4. Recomendações

A partir dos desafios identificados ao longo do estudo – tanto os relatados diretamente pelos países quanto aqueles analisados à luz da experiência institucional dos órgãos parceiros –, esta seção apresenta um conjunto de recomendações orientativas voltadas ao fortalecimento dos programas de alimentação escolar (PAE). As propostas estão organizadas por eixo analítico, segundo suas respectivas perguntas, descritores e escalas de maturidade, sistematizadas no quadro-síntese a seguir.

As recomendações não derivam exclusivamente das respostas coletadas no campo, mas também se fundamentam nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil, especialmente no Decreto nº 6.447/2008, e nas práticas consolidadas por organizações com ampla atuação internacional no tema. Essa combinação de referências permite ir além do diagnóstico, oferecendo sugestões que refletem tanto os desafios concretos enfrentados pelos países quanto os aprendizados acumulados por experiências bem-sucedidas de formulação e gestão de políticas públicas de alimentação escolar.

A partir do reconhecimento de que os contextos nacionais são diversos e que as soluções devem respeitar a soberania, a legislação e as prioridades locais, os pontos elencados a seguir buscam contribuir para o fortalecimento de ações estruturantes e sustentáveis, baseadas em evidências e em abordagens integradas. O objetivo é promover uma alimentação escolar mais equitativa, saudável e articulada com outras políticas públicas – como educação, saúde, agricultura e desenvolvimento social –, reforçando o papel do PAE como vetor de garantia de direitos e desenvolvimento territorial.

Quadro 5. Recomendações por eixo

Eixo I: Governança – Nível de desenvolvimento: Avançado (-)
1. Intersectorialidade horizontal em relação à alimentação escolar
<ul style="list-style-type: none">• Estratégias de articulação: Estabelecer e manter mesas de trabalho intersectoriais permanentes que incluam os setores de saúde, educação, agricultura, desenvolvimento social e economia.• Políticas integradas: Desenvolver políticas públicas que conectem objetivos comuns (segurança alimentar, educação, saúde escolar e desenvolvimento rural, por exemplo).• Coordenação intersectorial: Identificar e atribuir papéis e responsabilidades claros para cada setor, evitando a duplicação de esforços e maximizando o impacto das intervenções. Para isso, é fundamental que os profissionais sejam capacitados e conscientizados sobre a necessidade de um trabalho conjunto e colaborativo.
2. Intersectorialidade vertical
<ul style="list-style-type: none">• Mecanismos de articulação: Criar ou identificar canais de comunicação eficazes entre os níveis nacional, estadual e municipal.• Descentralização coordenada: Elaborar manuais e guias operacionais que permitam a implementação padronizada do programa em todos os níveis. Explorar formatos mais dinâmicos e interativos para esses conteúdos, como vídeos e cursos curtos, facilitando o aprendizado de forma atraente e acessível.• Fortalecimento de capacidades locais: Oferecer capacitação e ferramentas de apoio, como cursos e intercâmbios, aos atores subnacionais para garantir a implementação eficiente das políticas nacionais.
3. Gestão do PAE
<ul style="list-style-type: none">• Gestão integral: Implementar um modelo de governança com participação de atores-chave de todos os níveis – municipal, estadual e nacional – além de profissionais de diversas áreas, como saúde, educação, desenvolvimento social, nutrição e economia• Sistemas de planejamento: Desenvolver e alinhar estratégias que integrem o planejamento financeiro, operacional e técnico, realizando um acompanhamento contínuo dos objetivos.• Fortalecimento institucional: Promover e assegurar que as equipes responsáveis pelo PAE contem com pessoal qualificado e recursos adequados.

4. Grau de participação dos diferentes atores institucionais

- **Envolvimento multissetorial:** Formalizar a participação para permitir contribuições de instituições acadêmicas, ONGs, organismos internacionais e do setor privado nas decisões estratégicas do programa.
- **Criação de comitês:** Garantir, dentro dos marcos normativos do PAE, a formação de comitês consultivos multissetoriais (saúde, educação, desenvolvimento social, nutrição e economia) que participem da elaboração e supervisão do programa.

5. Participação comunitária nas atividades do PAE

- **Mecanismos de supervisão comunitária:** Estabelecer comitês escolares com representação de pais, professores e alunos para monitorar a implementação do PAE, com o objetivo de monitoramento e controle social, que facilitem a capacitação e a transparência dos recursos alocados para a implementação dos programas.
- **Espaços de diálogo:** Promover reuniões periódicas com a comunidade para avaliar o impacto do programa e coletar feedbacks.
- **Capacitação comunitária:** Desenvolver um modelo de capacitação contínua de oficinas sobre o papel da comunidade na supervisão do PAE e sobre temas de educação alimentar e nutricional, dirigido a todos os atores envolvidos.

6. Uso de tecnologias para apoiar a gestão e coleta de informações

- **Sistemas digitais:** Atualizar e implementar plataformas online que permitam a coleta e análise de dados em tempo real, como inventários, entrega de refeições e frequência escolar.
- **Capacitação tecnológica:** Garantir que o pessoal envolvido tenha habilidades para utilizar as ferramentas tecnológicas implementadas.
- **Acessibilidade e transparência:** Desenvolver painéis interativos para que tomadores de decisão e a comunidade possam acessar informações-chave.

7. Disponibilidade de informações gerais sobre o PAE

- **Plataforma pública:** Criar sites ou aplicativos móveis com dados abertos sobre a execução e avanços do PAE.
- **Relatórios periódicos:** Atualizar e divulgar relatórios detalhados e acessíveis sobre a gestão do programa, incluindo dados financeiros, cobertura e resultados.
- **Comunicação inclusiva:** Utilizar formatos acessíveis para garantir que todos os grupos de interesse, incluindo comunidades rurais, possam compreender e acessar as informações.

8. Processos de monitoramento e avaliação do PAE

- **Sistemas de monitoramento:** Estabelecer um sistema de monitoramento baseado em indicadores-chave que avalie a cobertura, a qualidade, o impacto e a sustentabilidade do PAE.
- **Avaliações externas:** Promover o desenvolvimento de avaliações independentes para garantir a objetividade dos resultados e das recomendações.
- **Feedback contínuo:** Usar os resultados do monitoramento e da avaliação para fazer ajustes oportunos nas estratégias e políticas do programa.

Eixo II: Marcos normativos – Nível de desenvolvimento: Intermediário (+)

1. Lei ou normativa de alimentação escolar (AE) no país

- **Promulgação de uma lei específica de AE:** Garantir que o país conte com uma lei ou normativa específica para alimentação escolar, assegurando o financiamento, operação e sustentabilidade do programa.
- **Participação inclusiva:** Envolver múltiplos setores (educação, saúde, agricultura, desenvolvimento social, economia) e atores (sociedade civil, comunidade educativa, organismos internacionais) no desenho e aprovação da lei.

2. Características da lei de alimentação escolar

- **Componentes essenciais:** A lei deve incluir aspectos como alcance, definições, perspectiva de direito humano à alimentação adequada, disposições institucionais, compras de alimentos, mecanismos financeiros, determinação de um mínimo de compras destinado à agricultura familiar, práticas de educação alimentar e nutricional, inocuidade alimentar, diretrizes nutricionais, vigilância e participação comunitária.
- **Direito garantido:** Assegurar que a lei defina a alimentação escolar como um direito universal dos estudantes.

3. Nível de adesão do PAE à lei de AE

- **Implementação plena:** Criar mecanismos para avaliar o grau de adesão do PAE à lei, garantindo que as práticas operacionais estejam alinhadas com suas disposições.
- **Supervisão e penalidades:** Estabelecer órgãos de fiscalização para monitorar o cumprimento e aplicar sanções em caso de não-cumprimento.

4. Lei de compras públicas vinculadas à agricultura familiar

- **Promoção da agricultura familiar:** Promover uma legislação que priorize a compra de alimentos da agricultura familiar, com porcentagens mínimas de compra definidas, incentivos para pequenos produtores e redução de barreiras administrativas.
- **Acesso e transparência:** Garantir que a lei estabeleça mecanismos de transparência e facilite a participação dos produtores no mercado de alimentação escolar.
- **Cadeias curtas de abastecimento:** Projetar sistemas de compras públicas que favoreçam a proximidade, fomentando a economia local e reduzindo os custos logísticos.
- **Capacitação de agricultores:** Capacitar os produtores para que conheçam as regulamentações e as possibilidades de participação nesse mercado, com uma comunicação clara, acessível e inclusiva.
- **Associativismo e cooperativismo:** Incentivar a criação de grupos formais, como associações e cooperativas de agricultores familiares, para fortalecer o setor e o desenvolvimento econômico territorial sustentável e garantir mecanismos de tratamento justo e incentivos à participação.

5. Normativas de segurança alimentar e nutricional

- **Integração normativa:** Garantir a existência de normativas SAN e de normativas de rotulagem nutricional frontal de alimentos que restrinjam o consumo de alimentos ultraprocessados nas escolas.
- **Enfoque multissetorial:** Assegurar a coordenação e o alinhamento de políticas de SAN com outros setores como saúde, educação, desenvolvimento social, agricultura, economia e outros relevantes.

6. Efetividade da aplicação das leis e normativas nacionais vinculadas aos programas de alimentação escolar

- **Monitoramento contínuo:** Implementar sistemas de monitoramento e avaliações regulares para medir a efetividade da aplicação de leis e normativas vinculadas aos PAE.
- **Instrumentos de medição:** Desenvolver instrumentos de medição específicos como auditorias, pesquisas e relatórios para avaliar indicadores-chave (cumprimento, impacto e sustentabilidade). Publicar e utilizar os resultados para realizar ajustes pertinentes de forma contínua.

7. Ambientes escolares saudáveis

- **Investimento em infraestrutura:** Assegurar recursos para a criação ou melhoria de espaços físicos como cozinhas, armazéns, espaços de refeição e acesso a sistemas de água potável, que facilitem ambientes saudáveis nas escolas.
- **Leis e normativas sobre ambientes escolares saudáveis:** Implementar leis e normativas que promovam ambientes escolares saudáveis e intensificar campanhas de comunicação e capacitação para garantir sua correta aplicação em todas as escolas do país.

8. Estratégias nacionais de educação alimentar e nutricional

- **Incorporação curricular:** Desenvolver e implementar programas de EAN que façam parte dos planos nacionais de educação, integrando nutrição, sustentabilidade alimentar, meio ambiente, mudanças climáticas e hábitos saudáveis no currículo escolar como atividades práticas e pedagógicas.
- **Capacitação docente:** Oferecer formação contínua e ferramentas a professores e outros atores educacionais para o desenvolvimento de temas de EAN.
- **Inclusão de pais e mães de família e da comunidade:** Expandir as estratégias de EAN por meio da inclusão de atividades participativas com as famílias dos estudantes para fomentar hábitos saudáveis para além do

9. Harmonia normativa com diversas políticas relacionadas a ambientes saudáveis e sustentáveis

- **Coerência de política pública:** Garantir que a normativa de alimentação escolar seja compatível com políticas de rotulagem nutricional frontal de alimentos, normativas para restringir a oferta e o acesso a alimentos ultraprocessados nas escolas, guias alimentares, uso de água segura e outras relacionadas a ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis.
- **Fortalecimento de marcos regulatórios:** Fomentar sinergias entre as leis de alimentação escolar e políticas relacionadas para maximizar seu impacto em saúde, educação, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento social e sustentabilidade.

Eixo III: Alimentação e Nutrição – Nível de Desenvolvimento: Intermediário (-)

1. Planejamento integral dos cardápios escolares saudáveis

- **Padronização nacional:** Elaborar cardápios escolares baseados em guias alimentares nacionais, com alimentos locais baseados na cultura alimentar, considerando os elementos básicos para um cardápio saudável, que atenda às necessidades nutricionais dos alunos.
- **Monitoramento e ajuste:** Implementar sistemas de avaliação periódica dos cardápios para garantir sua efetividade na melhoria da nutrição infantil, aumentar a aceitabilidade por parte dos estudantes e diminuir os desperdícios.

2. Nível de qualificação profissional de especialistas em nutrição, coordenadores e técnicos de alimentação escolar

- **Perfil profissional definido:** Estabelecer perfis claros para os profissionais do PAE, incluindo equipe de gestão e administração, nutricionistas, cozinheiros, técnicos em alimentação e coordenadores.
- **Capacitação contínua:** Oferecer programas regulares de formação e certificação para aprimorar as competências técnicas e operacionais do pessoal.

3. Regionalidade dos cardápios

- **Adaptação cultural e de disponibilidade:** Elaborar cardápios que reflitam a diversidade cultural e a disponibilidade de alimentos em cada região.
- **Aproveitamento local:** Promover o uso de alimentos locais e sazonais, fomentando a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico regional.
- **Flexibilidade no planejamento:** Criar diretrizes que permitam adaptações regionais dentro dos padrões nacionais de qualidade nutricional e de características de cardápios diferenciados para adaptá-los a problemas de saúde de estudantes.

4. Cozinhas escolares e características de sua infraestrutura

- **Infraestrutura adequada:** Garantir que as escolas possuam cozinhas equipadas para armazenamento, preparo e distribuição de alimentos com segurança.
- **Normas de higiene:** Implementar padrões obrigatórios de saneamento e equipamentos para cozinhas escolares e água potável.
- **Investimentos direcionados:** Destinar recursos específicos para construção e melhoria de cozinhas em

5. Espaços para o consumo de alimentos

- **Ambientes saudáveis:** Estabelecer espaços dedicados ao consumo de alimentos que sejam limpos, seguros, ventilados e que promovam um ambiente positivo para os alunos.
- **Mobiliário funcional:** Disponibilizar mesas e cadeiras adequadas para as crianças, além de infraestrutura para higiene antes e depois das refeições (pias, lixeiras).
- **Educação ambiental:** Incentivar o uso sustentável desses espaços, incluindo estratégias de gestão de resíduos e reciclagem.
- **Redução do desperdício:** Promover práticas de redução de desperdício e perda e incentivar o uso de resíduos orgânicos para compostagem em hortas escolares, entre outros.

6. Hortas escolares pedagógicas

- **Integração pedagógica:** Implementar hortas escolares como ferramentas de aprendizado, de forma transversal, alinhadas a todas as disciplinas, como ciências, biologia, matemática, educação ambiental, por exemplo.
- **Apoio governamental:** Alocar financiamento para a criação de hortas escolares, manutenção, formação de capital humano e estabelecimento de guias nacionais para orientar seu gerenciamento e operação.
- **Colaboração local:** Envolver as comunidades e famílias e agricultores para proporcionar capacitação e apoiar o desenho, a implementação e a manutenção das hortas escolares.

7. Processo de compras públicas de alimentos da agricultura familiar

- **Legislação específica:** Desenvolver políticas e leis que priorizem a compra de alimentos da agricultura familiar nos programas de alimentação escolar.
- **Capacitação para fornecedores:** Capacitação contínua para agricultores familiares em processos administrativos e logísticos, bem como em boas práticas de produção para atender aos requisitos de compras públicas.
- **Capacitação dos profissionais do PAE:** Capacitar os gestores do PAE sobre a importância de garantir a participação dos agricultores familiares nos processos de compras públicas, com comunicação mais clara e acessível.
- **Sistemas de monitoramento:** Criar sistemas para garantir que as porcentagens mínimas estabelecidas de compras da agricultura familiar sejam cumpridas.

Eixo IV: Financiamento – Nível de desenvolvimento: Intermediário (+)

1. Diagnóstico da realidade orçamentária dos programas

- **Orçamento designado:** Estabelecer um orçamento anual específico e previsível para o PAE, assegurando sua inclusão como uma linha prioritária no orçamento nacional.
- **Atualização periódica:** Realizar análises regulares das necessidades financeiras do PAE, considerando inflação, crescimento estudantil e padrões de qualidade requeridos.
- **Transparência na alocação:** Publicar informações sobre o orçamento destinado ao programa para promover confiança e transparência na gestão.
- **Mobilização de recursos:** Aumentar a mobilização de recursos, doações e financiamento dos programas.

2. Orçamento do PAE

- **Cobertura e qualidade equilibradas:** Assegurar que os recursos designados permitam não apenas alcançar a cobertura universal, mas também cumprir com os padrões de qualidade em termos de quantidade e valor nutricional dos cardápios oferecidos.
- **Ajuste anual:** Criar mecanismos de revisão orçamentária para lidar com flutuações nos preços globais e nacionais de alimentos, transporte e equipamentos.
- **Apoios complementares:** Buscar fontes adicionais de financiamento, como cooperação internacional e parcerias público-privadas, para apoiar temporariamente aspectos críticos do programa ou iniciativas-piloto que depois possam ser desenvolvidas pelos governos.

3. Cobertura da alimentação escolar alcançada

- **Meta universal:** Estabelecer como meta que todos os alunos matriculados no sistema público sejam beneficiários do PAE.
- **Priorização de áreas vulneráveis:** Garantir que as comunidades com os maiores índices de pobreza e desnutrição sejam priorizadas na implementação do programa.
- **Estratégias de expansão:** Elaborar estratégias para aumentar gradualmente a cobertura em áreas com lacunas identificadas, incluindo áreas rurais e comunidades indígenas.

4. Capacidade de adequação dos recursos disponíveis às eventualidades

- **Planos de contingência:** Desenvolver protocolos claros e específicos para garantir a continuidade do PAE em emergências, como desastres naturais e pandemias.
- **Fundo emergencial:** Estabelecer um fundo orçamentário específico para contingências que permita responder de maneira ágil a situações imprevistas.
- **Colaboração intersetorial:** Envolver outros setores governamentais, como defesa civil, desenvolvimento social e saúde, para implementar soluções logísticas durante crises.

5. Condições de intersectorialidade financeira

- **Estratégias integradas:** Criar mecanismos de articulação e distribuição financeira com outros setores governamentais (saúde, educação, desenvolvimento social, economia, agricultura) para otimizar recursos do PAE.
- **Cooperação intersectorial:** Promover acordos que definam as responsabilidades financeiras de cada setor no programa.
- **Participação institucional:** Incluir organizações internacionais e ONGs como parceiras estratégicas para mobilização de recursos adicionais em situações específicas com objetivos definidos.

6. Disponibilidade de dados sobre o programa para monitoramento e avaliação eficazes do ponto de vista orçamentário

- **Sistemas de gestão integrados:** Implementar plataformas digitais para coletar, analisar e visualizar dados financeiros e operacionais do PAE em tempo real.
- **Monitoramento transparente:** Assegurar que os dados orçamentários sejam acessíveis a todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para fortalecer a prestação de contas.
- **Indicadores-chave:** Definir e acompanhar indicadores financeiros específicos, como custo por refeição, cobertura alcançada e proporção de recursos destinados a compras da agricultura familiar e de outros alimentos.
- **Análise do custo do PAE por aluno:** Desenvolver estudos que indiquem o custo por aluno nos diferentes níveis de governo, considerando a realidade de gestão dos países.

Fonte: Elaboração própria



5. LIMITAÇÃO DO ESTUDO



5. Limitações do estudo

Apesar dos avanços metodológicos e do cuidado com a estruturação do instrumento diagnóstico, é importante reconhecer as limitações inerentes ao modelo adotado. Como se trata de um processo de autodiagnóstico conduzido por representantes dos próprios países, os dados, mesmo os numericamente coletados, refletem percepções institucionais e, portanto, estão sujeitos a níveis variados de subjetividade e compreensão técnica dos questionários. O estudo exigiu que os países chegassem a consensos internos para o preenchimento dos questionários, o que representa, ao mesmo tempo, um desafio e um valor do processo.

Ainda assim, as respostas podem ter sido influenciadas por restrições de tempo, recursos humanos, rotatividade de equipes e pelo grau de familiaridade dos respondentes com os critérios técnicos empregados. Além disso, as informações obtidas estão fortemente ancoradas nos contextos locais e institucionais de cada país, o que impõe limites à generalização dos resultados devido à reduzida validade externa. As experiências diagnosticadas não são representativas da totalidade dos países da América Latina e do Caribe e tampouco pretendem estabelecer padrões rígidos ou rankings entre os participantes.

O objetivo foi produzir um panorama regional e apoiar a construção de recomendações orientativas — e não prescritivas —, respeitando a soberania e a diversidade das trajetórias nacionais. Por esse motivo, o relatório público foi anonimizado, de modo a impossibilitar a identificação direta de cada país nas análises comparativas, reforçando o caráter cooperativo e não avaliativo da iniciativa. Ainda assim, cada país recebeu, individualmente, os resultados de sua própria análise, para uso interno e institucional.

Destaca-se também como fator limitante a comparabilidade entre países, uma vez que o número de respondentes e o nível de detalhamento das respostas podem variar significativamente conforme a capacidade institucional de cada território. O sistema de respostas com base em pontuação, “notas”, busca a padronização e a menor parcialidade dos resultados obtidos, todavia esse sistema se baseia em autoavaliação, o que pode introduzir viés de autodeclaração, ainda que mitigado pelo envio de documentação comprobatória e pela deliberação conjunta entre os representantes.

Além disso, o número reduzido de respondentes por país — em alguns casos, apenas um ou dois — impõe importantes restrições. Por outro lado, o fato de a unidade de análise ser o programa de alimentação escolar — e haver, geralmente, apenas um PAE por país — contribui para conferir maior coerência interna às respostas, uma vez que o preenchimento do questionário tende a refletir a percepção institucional do programa como um todo.

As análises quantitativas devem, portanto, ser interpretadas com cautela, uma vez que a amostra limitada compromete a possibilidade de inferência estatística. As escalas utilizadas para pontuação (de 1 a 4) foram úteis para gerar dados comparáveis, mas podem não captar nuances intermediárias. Também vale mencionar que o número reduzido de países participantes nesta primeira rodada (seis) limita a possibilidade de generalização estatística para toda a região.

É importante perceber ainda os impactos da diversidade institucional, normativa e cultural dos países que pode levar a diferentes interpretações locais de conceitos presentes no instrumento – como “participação comunitária efetiva” ou “uso de tecnologia na gestão”. Há também variação na disponibilidade e formalização dos documentos comprobatórios enviados, o que pode ter impactado a análise qualitativa. Adicionalmente, a utilização de dados abertos e de domínio público como fontes auxiliares careceu de um protocolo claro de validação cruzada, o que limita a capacidade de triangulação metodológica.

Por fim, a profundidade das informações coletadas dependeu fortemente da capacidade técnica local, do acesso a dados atualizados e da prioridade política atribuída ao tema em cada país.

Essas limitações não comprometem os achados, mas devem ser consideradas na leitura dos resultados e na formulação de estratégias futuras. O reconhecimento transparente dessas restrições fortalece a credibilidade do estudo e oferece subsídios relevantes para o aprimoramento metodológico em futuras rodadas de aplicação e expansão do instrumento para outros países da região.

6. CONCLUSÃO



6. Conclusão

O estudo AMPAE buscou oferecer uma contribuição inédita para o campo da alimentação escolar na América Latina e no Caribe ao propor uma metodologia diagnóstica sensível aos contextos nacionais, baseada em evidências e construída em colaboração com os próprios países participantes.

Para o desenvolvimento dos processos de coleta e análise de dados por eixos e indicadores, foi fundamental considerar a soberania e a autonomia dos países, bem como suas especificidades políticas, administrativas e organizacionais no âmbito dos programas nacionais. Além disso, foi essencial alinhar o trabalho aos objetivos finais deste estudo, em especial à produção de evidências e apoio aos países membros da RAES na definição de prioridades regionais para o acompanhamento das ações da Cooperação Internacional Brasil-FAO e da própria RAES.

A análise dos quatro eixos evidenciou que os países obtiveram melhor desempenho no eixo de governança, com média de 80%, enquadrando-se no nível **Avançado (-)**. O eixo de marcos normativos apresentou desempenho significativo, com média de 71%, classificada como **Intermediário (+)**. Já o eixo de alimentação e nutrição obteve a menor pontuação, com média de 57,8%, sendo enquadrado como **Intermediário (-)**, o que aponta uma fragilidade relativa na implementação dos programas nessa dimensão. Por fim, o eixo de financiamento registrou média de 67,3%, também classificado como **Intermediário (+)**, indicando a persistência de desafios relacionados à sustentabilidade financeira dos programas.

Diante desses resultados, foram identificados os principais desafios relatados pelos países quanto à execução dos PAE. Os interlocutores destacaram que o principal e mais atual desafio tem sido assegurar um financiamento adequado e suficiente para os programas, especialmente no que se refere à garantia da qualidade nutricional dos cardápios, à infraestrutura escolar e à universalização da atenção aos estudantes. Outros desafios apontados incluem a melhoria da infraestrutura dos centros educativos, o fortalecimento da participação comunitária, o aprimoramento dos marcos normativos dos programas e a criação de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação.

Ao reconhecer essas lacunas e ao consolidar recomendações orientativas, o estudo não apenas aponta caminhos para o fortalecimento dos PAE, como também reforça o papel estratégico da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) na construção de uma agenda regional integrada. A RAES reafirma seu compromisso com a melhoria dos programas de alimentação escolar nos âmbitos regional e nacional, promovendo o diálogo, fortalecendo a cooperação e estimulando o intercâmbio de experiências entre os países da América Latina e do Caribe.

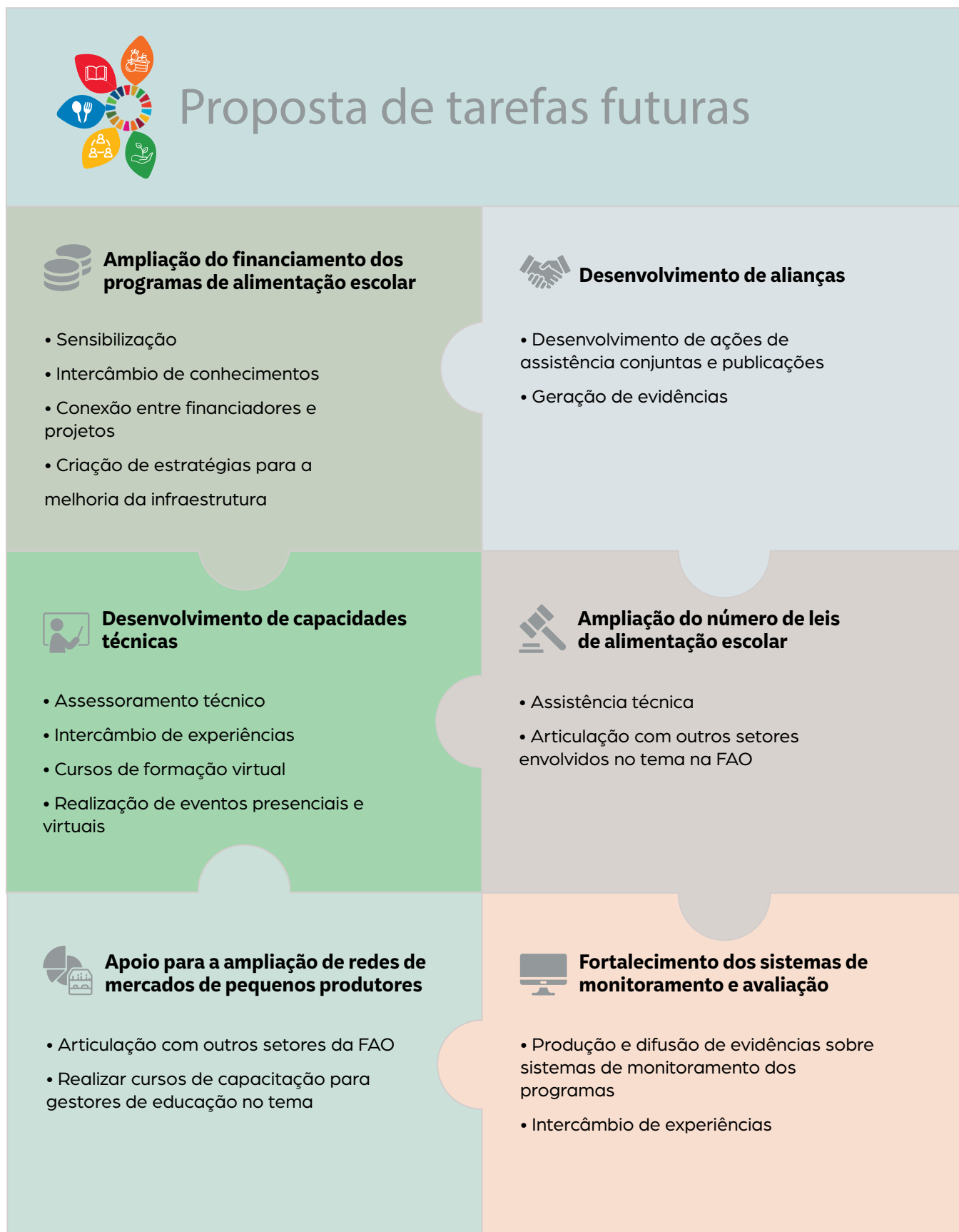


Com base nas evidências e recomendações apresentadas, foram definidas sugestões de linhas gerais de atuação que poderão orientar, em diferentes horizontes de tempo, as futuras ações da Cooperação Internacional Brasil-FAO e da RAES no apoio ao avanço dos eixos e indicadores analisados. Destacam-se:

- Fortalecer a sustentabilidade financeira dos PAE.
- Desenvolver e apoiar mecanismos de financiamento de longo prazo, incluindo estratégias inovadoras de cofinanciamento e mobilização de recursos, que garantam a qualidade nutricional, a cobertura universal e a continuidade do programa.
- Fortalecer a infraestrutura e as capacidades operacionais dos centros educacionais.
- Desenvolver projetos para melhoria da infraestrutura escolar (refeitórios, cozinhas, despensas), bem como os sistemas de logística e distribuição de alimentos, adaptados às necessidades de cada contexto.
- Promover o desenvolvimento e a atualização de marcos regulatórios.
- Auxiliar os países na criação, revisão ou fortalecimento de leis, regulamentos e políticas públicas que apoiem a implementação efetiva dos PAE e facilitem a coordenação entre as instituições.
- Promover a governança, a coordenação e o planejamento estratégico.
- Fortalecer as instâncias de coordenação interinstitucional e intersetorial, promovendo a transparência na prestação de contas e na tomada de decisões baseada em evidências.
- Incentivar a participação comunitária e a educação alimentar.
- Desenvolver programas que envolvam ativamente famílias, comunidades e atores locais na concepção, implementação e monitoramento dos PAE, bem como na promoção de hábitos alimentares saudáveis.
- Fortalecer os sistemas de monitoramento, avaliação e geração de evidência.
- Apoiar a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento e avaliação adaptados a cada país, que permitam identificar lacunas, mensurar o progresso e orientar estratégias de melhoria contínua.
- Facilitar o intercâmbio regional de experiências e boas práticas.
- Consolidar a RAES como uma plataforma de intercâmbio de conhecimento, promovendo a disseminação de experiências bem-sucedidas, inovações e lições aprendidas entre os países da América Latina e do Caribe.



Figura 8. Proposta de tarefas futuras



Fonte: Elaboração própria

7. Bibliografia

Advocacia-Geral da União do Brasil (AGU). Parecer N° 00033/2023/CGCONSU/PFFNDE/PGF/AGU. Brasília. 20 de outubro de 2023. Disponível em https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/paresceres/Parecer_33_2023_CGCONSU.pdf

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (BCN). Ley N° 20.606. Santiago de Chile. 06 de julho de 2012 Disponível em <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1041570>
Comisión Intersectorial de Seguridad Alimentaria y Nutricional de Colombia (CISAN). "Lineamiento Nacional de Educación Alimentaria y Nutricional". Outubro de 2017. Disponível em https://www.icbf.gov.co/system/files/lineamiento_nacional_de_educacion_alimentaria_y_nutricional_validacion_ctypean.pdf

Consejo Nacional de Política Económica Social de la República de Colombia (COMPES). Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PSAN). Bogotá. 31 de março de 2008. Disponível em <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Social/113.pdf>

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. Designing and Conducting Mixed Methods Research. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

Dirección de Presupuestos del Gobierno de Chile (DIPRES). "Presupuesto 2024". Disponível em <https://www.dipres.gob.cl/597/w3-multipropertyvalues-15199-35869.html>

FAO, ABC/MRE y FNDE/MEC. Escuelas Sostenibles - Orientaciones conceptuales y metodológicas. Brasília. 2023. <https://doi.org/10.4060/cc7219es>

FAO, ABC/MRE y FNDE/MEC. Legal frameworks for sustainable school feeding – A dialogue based on the Latin American and Caribbean scenario. Brasília. 2023. <https://doi.org/10.4060/cc5738en>

FAO. "Alimentación y nutrición escolar". Disponível em <https://www.fao.org/school-food/es/>

FAO. "AMEXCID and FAO Facilitate School Feeding Training in Belize". Disponível em <https://www.fao.org/in-action/mesoamerica-sin-hambre/noticias-eventos/detail-events/fr/c/1674545/>

FAO. "Educación alimentaria y nutricional". Disponível em <https://www.fao.org/school-food/areas-work/based-food-nutrition-education/es/>

FAO. "FAO and Mexico establish six school gardens in Belize to enhance children's nutrition and improve their learning environment". Disponível em <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/FAO-and-Mexico-establish-six-school-gardens-in-Belize-to-enhance-children's-nutrition-and-improve-their-learning-environment/en>

FAO. "Mesoamerica Hunger Free AMEXCID-FAO – Belize". Disponível em <https://www.fao.org/in-action/mesoamerica-sin-hambre/proyectos/belize/en/>

FAO. Documento de Proyecto "Optimización de capacidades institucionales para transformar y mejorar la calidad y eficiencia de los servicios prestado por el Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil a los y las estudiantes" – DOM/22/001/01/09. 23 de agosto de 2022. Disponível em <https://inabie.gob.do/media/attachments/2022/12/21/Acuerdos-INABIE-FAO-2022.pdf>

FNDE. Portaria N° 219. 26 de abril de 2023. Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-219-de-26-de-abril-de-2023-*-482236850

FNDE. "CAE Virtual". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/caeweb/>

FNDE. "Dados da Agricultura Familiar". Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>

FNDE. "Espelho CAE". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/caeweb/publico/consultaEspelhoCae.do>

FNDE. "Jornada de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)". Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/campanhas/pnae-concurso-jornada-ean>

FNDE. "Liberações". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>

FNDE. "Manuais e Cartilhas". Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas>

FNDE. "Plataforma Antonieta de Barros – Plataforma de Governança de Dados do FNDE". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/plataforma-antonieta-de-barros/#dados>

FNDE. "PNAE Monitora". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/pnaemonitora/#/apresentacao>

FNDE. "PNAE". Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

FNDE. "Reality Show Vida de Merendeira". Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/campanhas/reality-show-audiovisual-vida-de-merendeira/reality-show-audiovisual-vida-de-merendeira>

FNDE. "Sistema de Gestão do PNAE (SIGPNAE)". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/sigpnae/#/login>

FNDE. "Sistema de Prestação de Contas (SiGPC)". Disponível em <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>

FNDE. Nota Técnica Nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/notas-tecnicas/2022/NotaTecnicaEANassinada.pdf>

FNDE. Resolução Nº 6. 08 de maio de 2020. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>

FNDE; Ministério da Educação do Brasil (MEC); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil (MDA); Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil (MDS); e Ministério da Saúde do Brasil (MS). Acordo de Cooperação Técnica Nº 5/2023. Brasília. 04 de abril de 2023. Documento privado.

Gobierno de la República Dominicana. Decreto 610-22. Santo Domingo. 18 de outubro de 2022. Disponível em https://www.dgcp.gob.do/new_dgcp/documentos/politicas_normas_y_procedimientos/leyes_y_decretos/Decreto%20610-22.pdf

Gobierno de la República Dominicana. Ley Nº 589-16. Santo Domingo. 05 de julho de 2016. Disponível em <https://faolex.fao.org/docs/pdf/dom159064.pdf>

GONZAGA, Victor et al. An environmental and nutritional evaluation of school food menus in Bahia, Brazil. *Public Health Nutrition*, v. 26, n. 5, p. XYZ-XYZ, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9003184/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Government of Belize Press Office. "Cabinet Brief, 2nd March 2023". Disponível em <https://www.pressoffice.gov.bz/cabinet-brief-68/>

Government of Belize Press Office. "Healthy Habits, Healthy Schools, Healthy Belize Initiative to be Piloted in

Schools". Disponible em

<https://www.pressoffice.gov.bz/healthy-habits-healthy-schools-healthy-belize-initiative-to-be-piloted-in-schools/>
Great Belize Television. "Enhancing School Feeding Programs in Belize: Training Sessions for Administrators and Cooks". Disponible em
<https://edition.channel5belize.com/enhancing-school-feeding-programs-in-belize-training-sessions-for-administrators-and-cooks/>

Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF) y FAO. Guías Alimentarias Basadas en Alimentos para la población colombiana mayor de 2 años. 2017. Disponible em

https://www.icbf.gov.co/system/files/guias_alimentarias_basadas_en_alimentos_para_la_poblacion_colombiana_mayor_de_2_anos_0.pdf

Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP). "Agricultura familiar logró récord de ventas al Programa de Alimentación Escolar de Junaeb en 2023". 27 de fevereiro de 2024. Disponible em

<https://www.indap.gob.cl/noticias/agricultura-familiar-logro-record-de-ventas-al-programa-de-alimentacion-escolar-de-junaeb>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Clausuran con éxito el primer diplomado de educación alimentaria y nutricional que certificó a 160 docentes y técnicos". Disponible em

<https://inabie.gob.do/component/content/article/clausuran-con-exito-el-primer-diplomado-de-educacion-alimentaria-y-nutricional-que-certifico-a-160-docentes-y-tecnicos?catid=8&highlight=WyJkaXBsb21hZG8iLCJlYXQ==&Itemid=103>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Convenios y Acuerdos". Disponible em

<https://inabie.gob.do/convenios-y-acuerdos>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Estructura Orgánica de la Institución". Disponible em

<https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/estructura-organica-de-la-institucion>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "INABIE anuncia campaña ¡Date vida, come sano! para contribuir con la reducción del índice de obesidad en los escolares y la población general". Disponible em

<https://inabie.gob.do/component/content/article/inabie-anuncia-campana-date-vida-come-sano-para-contribuir-con-la-reduccion-del-indice-de-obesidad-en-los-escolares-y-la-poblacion-general?catid=8&Itemid=103>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "INABIE se capacita en el uso de la herramienta SMP PLUS para optimizar los menús del Programa de Alimentación Escolar". Disponible em

<https://inabie.gob.do/component/content/article/inabie-se-capacita-en-el-uso-de-la-herramienta-smp-plus-para-optimizar-los-men-us-del-programa-de-alimentacion-escolar?catid=8&Itemid=103>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "INABIE y FAO saludan Cámara de Diputados aprobara el Proyecto de Ley de Alimentación y Nutrición Escolar". Disponible em

<https://inabie.gob.do/component/content/article/inabie-y-fao-saludan-camara-de-diputados-aprobara-el-proyecto-de-ley-de-alimentacion-y-nutricion-escolar?catid=8&Itemid=103>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "INAFOCAM, INABIE, FAO y UNPHU inician diplomado en Educación Alimentaria y Nutricional". Disponible em

<https://inabie.gob.do/component/content/article/inafocam-inabie-fao-y-unphu-inician-diplomado-en-educacion-alimentaria-y-nutricional?catid=8&highlight=WyJkaXBsb21hZG8iLCJlYXQ==&Itemid=103>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Manual de Cargos Típicos y Comunes del Instituto Nacional de

Bienestar Estudiantil (INABIE)". Documento privado.

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Memorias Institucionales". Disponible em

<https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/plan-estrategico-de-la-institucion/informes-de-logros-y-o-seguimiento-del-plan-estrategico>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Plan Operativo Anual (POA) 2024". Disponible em

<https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/plan-estrategico-de-la-institucion/plan-operativo-anual-poa/category/3047-plan-operativo-anual-2024>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Planificación Estratégica Institucional". Disponible em <https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/plan-estrategico-de-la-institucion/planificacion-estrategica>
Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Política Proveedores del Almuerzo Escolar del Programa de Alimentación Escolar (PAE)". Disponible em <https://inabie.gob.do/media/attachments/2024/08/Poli%CC%81tica%20para%20Proveedores.pdf>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Portal de Transparencia del Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil, (INABIE)". Disponible em <https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/inicio>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Presupuesto". Disponible em <https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/presupuesto>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "Presupuesto Aprobado del Año 2024". Disponible em <https://inabie.gob.do/transparencia/index.php/presupuesto/presupuesto-aprobado-del-ano/category/3045-presupuesto-aprobado-del-ano-2024>

Instituto Nacional de Bienestar Estudiantil (INABIE). "SISBIE Salud Escolar". Disponible em <https://inabie.gob.do/haz-tu-cita>

Inter-American Development Bank (IDB). "Um instrumento de avaliação da maturidade da gestão fiscal (MD-GEFIS)". Disponible em <https://blogs.iadb.org/gestion-fiscal/pt-br/um-instrumento-de-avaliacao-da-maturidade-da-gestao-fiscal-md-gefis/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "SUBPESCA". Disponible em <https://www.junaeb.cl/del-mar-a-tu-escuela-subpesca-y-junaeb-buscan-promover-el-abastecimiento-de-productos-marinos-de-pescadores-artesanales-en-las-escuelas-de-chile/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Consejo de la sociedad civil". Disponible em <https://www.junaeb.cl/consejo-de-la-sociedad-civil/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Direcciones regionales". Disponible em <https://www.junaeb.cl/direcciones-regionales/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Gobierno y FAO firman convenio para la creación de la ley de alimentación escolar en Chile". Disponible em <https://www.junaeb.cl/gobierno-y-fao-firman-convenio-para-la-creacion-de-la-ley-de-alimentacion-escolar-en-chile/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "INDAP". Disponible em <https://www.junaeb.cl/category/indap>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Licitación ID: 85-53-LR23". Disponible em <https://www.mercadopublico.cl/Procurement/Modules/RFB/DetailsAcquisition.aspx?qs=QzHiLdhUos3ibBqZ9X1tyw==>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Organigrama". Disponible em <https://www.junaeb.cl/organigrama/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "PAE Online". Disponible em <https://pae.junaeb.cl/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Programa de Alimentación Escolar". Disponible em <https://www.junaeb.cl/programa-de-alimentacion-escolar/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "Quienes somos". Disponible em <https://www.junaeb.cl/quienes-somos/>

Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB). "SIGPAE". Disponible em <https://sigpae.junaeb.cl/tiza/>
Matías, Dorina López; Cámara de Diputados de la República Dominicana; CIPROS; FAO y INABIE. Propuesta para

la formulación del marco legal en alimentación y nutrición escolar. Santo Domingo. 11 de janeiro de 2023.

MEDEIROS, G. C. B. S. de; AZEVEDO, K. P. M. de; GARCIA, D.; OLIVEIRA SEGUNDO, V. H.; MATA, Á. N. de S.; FERNANDES, A. K. P.; et al. Effect of School-Based Food and Nutrition Education Interventions on the Food Consumption of Adolescents: a Systematic Review and Meta-Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Basel, v. 19, n. 17, p. 10522, ago. 2022. DOI: 10.3390/ijerph191710522.

Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural de Colombia. Decreto Número 248 de 2021. Bogotá. 9 de março de 2021.

Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural de Colombia. Resolución 175 de 2024. Bogotá. 21 de junho de 2024.

Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural de Colombia. Resolución 464 de 2017. Bogotá. 29 de dezembro de 2017.

Ministerio de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Luta contra a Fome do Brasil (MDS). "Educação Alimentar e Nutricional". Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/educacao-alimentar-e-nutricional>

Ministerio de Economía, Planificación y Desarrollo de la República Dominicana (MEPyD). "Gobierno dominicano y JICA promueven alimentación saludable para el control de enfermedades no transmisibles". Disponível em <https://mepyd.gob.do/gobierno-dominicano-y-jica-promueven-alimentacion-saludable-para-el-control-de-enfermedades-no-transmisibles/>

Ministerio de Educación (MINEDUC). "Currículum Nacional – Eje: Nutrición y salud". Disponível em https://www.curriculumnacional.cl/614/w3-propertyvalue-118825.html?__noredirect=1

Ministerio de Educación (MINEDUC). "Currículum Nacional – Recursos Educativos y Documentos Curriculares – El huerto escolar ecológico". Disponível em <https://www.curriculumnacional.cl/portal/Curso/Educacion-General/1-Medio/85456:El-huerto-escolar-ecologico>

Ministério da Educação do Brasil. Resolução CD/FNDE Nº 7. 2 de maio de 2024. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/fnde-n-7-de-2-de-maio-de-2024-557685634>

Ministerio de Educación de Colombia. Resolución Número 018858. Bogotá. 11 de dezembro de 2018. Disponível em https://www.mineducacion.gov.co/1780/articles-380004_pdf.pdf

Ministerio de Hacienda y Crédito Público de Colombia. "Presupuesto General de la Nación 2024". Disponível em https://www.minhacienda.gov.co/webcenter/portal/SaladePrensa/pages_proyectodepresupuestogeneraldelancin2024

Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). "Orçamentos da União, exercício financeiro 2025: projeto de lei orçamentária – volume II". Brasília. 2024.

Ministério da Saúde do Brasil (MS). "Guia Alimentar para a População Brasileira". Brasília. 2014.

Ministério da Saúde do Brasil (MS). "Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos". Brasília. 2019. [https://www.minsal.cl/guias-alimentarias-para-chile/Ministerio de Salud de Chile \(MINSAL\). "Ley de Alimentos –](https://www.minsal.cl/guias-alimentarias-para-chile/Ministerio de Salud de Chile (MINSAL).)

Medidas en establecimientos educacionales". Disponível em <https://saludresponde.minsal.cl/ley-de-alimentos-medidas-en-establecimientos-educacionales/>

Ministerio de Salud de Chile (MINSAL). Reglamento Sanitario de los Alimentos – Decreto Nº 977/96 (actualizado). 13 de maio de 1997. Disponível em <https://dinta.cl/reglamento-sanitario-de-los-alimentos-actualizacion-mayo-2024/>

Ministerio de Salud Pública (MSP). "Guías Alimentarias Basadas en Sistemas Alimentarios con enfoque de Curso de vida". 2023. Disponível em <https://repositorio.msp.gob.do/handle/123456789/2319>

Ministerio de Salud y Protección Social de Colombia. Resolución 2674 de 2013. Bogotá. 22 de julho de 2013. Disponível em <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=54030>

Ministerio de Salud y Protección Social de Colombia. Resolución 810 de 2021. Bogotá. 16 de junho de 2021. Disponível em <https://scj.gov.co/sites/default/files/marco-legal/resolucion-810-de-2021.pdf>
Ministry of Education, Culture, Science and Technology (MoECST). "Feeding Program Receipts – Wesley Lower Primary".

Ministry of Education, Culture, Science and Technology (MoECST). "Health Education Learning Outcomes for Primary Schools, by Teaching Cycles and by Class Levels". Documento privado.

Ministry of Education, Culture, Science and Technology (MoECST). "School Feeding Programme Menu and Protocols 2023".

National Assembly of Belize. Belize Parliamentary Alliance Against Hunger and Malnutrition (BPAHM). Belize City. 13 de maio de 2021. Disponível em <https://www.nationalassembly.gov.bz/wp-content/uploads/2021/05/BPAHM.pdf>

Organization of American States (OAS). LEY 66-97: Ley General de Educación. Santo Domingo. 04 de fevereiro de 1997. Disponível em https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_repdom_sc_anexo_7_sp.pdf

PAULA, Silvio da Rosa; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira; ALVES, Fábio; VALADARES,

Alexandre Arbex. A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2884). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=40592.

Portal de Transparencia de la República de Chile. "Junta Nacional de Auxilio Escolar y Becas (JUNAEB) – Transparencia activa". Disponível em <https://www.portaltransparencia.cl/PortalPdT/directorio-de-organismos-regulados/?org=AJ009>

Programa Especial para la Seguridad Alimentaria (PESA). "Seguridad Alimentaria y Nutricional Conceptos Básicos". Disponível em <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/f1bb882a-b059-4368-9022-c70840d77ce5/content>

Red de Alimentación Escolar Sostenible (RAES). "La RAES". Disponível em <https://redraes.org/la-raes/>

República de Colombia. Decreto 1075 de 2015. Bogotá. 26 de maio de 2015. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=77913>

República de Colombia. Decreto 1852 de 2015. Bogotá. 16 de setembro de 2014. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=63514#>

República de Colombia. Decreto 218 de 2020. Bogotá. 14 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=106634>

República de Colombia. Decreto 219 de 2020. Bogotá. 14 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=106635>

República de Colombia. Ley 2042 de 2020. Bogotá. 27 de julho de 2020. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=159969>

República de Colombia. Ley 2046 de 2020. Bogotá. 6 de agosto de 2020. Disponível em <https://www.suin-juriscal.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/30039692>

República de Colombia. Ley 2120 de 2021. Bogotá. 30 de julho de 2021. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=168029>

República de Colombia. Ley 2167 de 2021. Bogotá. 22 de dezembro de 2021. Disponível em https://www.mineducacion.gov.co/1759/articles-400474_recurso_32.pdf

República de Colombia. Ley 2195 de 2022. Bogotá. 18 de janeiro de 2022. Disponível em <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=175606>

República Federativa de Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 05 de outubro de 1988.

República Federativa do Brasil. Decreto Nº 11.422. Brasília. 28 de fevereiro de 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11422.htm

República Federativa do Brasil. Decreto Nº 11.821. Brasília. 12 de dezembro de 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11821.htm

República Federativa do Brasil. Decreto Nº 6.272. Brasília. 23 de novembro de 2007. Disponível em República Federativa do Brasil. Lei Nº 11.346. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

República Federativa do Brasil. Lei Nº 11.947.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm República Federativa de Brasil. Lei Nº 14.791 – Anexo III. 29 de dezembro de 2023. Disponível em

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2024/ldo/ldo2024-lei14791-29dez2023-anexoi.pdf>

República Federativa do Brasil. Lei Nº 14.791. Brasília. 29 de dezembro de 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14791.htm

República Federativa do Brasil. Lei Nº 9.394. Brasília. 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

Secretaría Jurídica Distrital de Colombia. Decreto 684 de 2024 Nivel Nacional. Bogotá. 4 de junho de 2024. Disponível em <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=156919>

Senado de la República Dominicana. Proyecto de Ley de Agricultura Familiar. Santo Domingo. 22 de setembro de 2021. Disponível em <https://memoriahistorica.senadord.gob.do/items/35a4962a-7752-4626-869a-ef4103f0abdd>

SIDANER, Emilie; BALABAN, Daniel; BURLANDY, Luciene. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 16, n. 6, p. 989–994, dez. 2012. DOI: 10.1017/S1368980012005101

SOUZA, Amanda; FORNAZIER, Armando. Case Study of the School Feeding Program in Distrito Federal, Brazil: Building Quality in Short Food Supply Chains. *Sustainability*, Basel, v. 14, n. 16, p. 10192, ago. 2022. DOI: 10.3390/su141610192

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). "Anexo de Técnico – Alimentación Saludable y Sostenible en el PAE". 23 de dezembro de 2021.

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). "Anexo de Técnico – Compras Públicas Locales". 23 de dezembro de 2021.

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). "Audiencia Pública de Rendición de Cuentas – Vigencia 2023". Disponível em <https://www.alimentosparaaprender.gov.co/sites/default/files/2024-08/Ultima-Presentacio%CC%81n-%20Audie%20publica-27-08-2024.pdf>

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). "Informe de Avance en la Implementación de la Ley 2046 de 2020 en el PAE". Bogotá. 30 de setembro de 2024

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). "Transparencia". Disponível em

<https://www.alimentosparaaprender.gov.co/transparencia>

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). Resolución N° 0363 del 22 de diciembre de 2022. Bogotá. 22 de dezembro de 2022. Disponível em

https://www.alimentosparaaprender.gov.co/sites/default/files/2023-08/10894_r0363-22dic22--lineamientos-tecnicos-hambre-cero.pdf

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). Resolución 335 de 2021. Bogotá. 13 de dezembro de 2021. Disponível em

https://normograma.info/men/docs/resolucion_uaeae_0335_2021.htm

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). Resolución 421 de 2023. Bogotá. 17 de novembro de 2023. Disponível em

https://www.alimentosparaaprender.gov.co/sites/default/files/2024-07/18588_resolucion-no-421-del-17-de-noviembre-de-2023--pae-en-receso-escolar.pdf

Unidad Administrativa Alimentos para Aprender (UAPA). Resolución N° 374. Bogotá. 29 de julho de 2024. Disponível em

<https://www.alimentosparaaprender.gov.co/sites/default/files/2024-08/RESOLUCIO%CC%81N%20No.%20374%20DEL%2029%20DE%20JULIO%20DE%202024%20-%20Por%20la%20cual%20se%20expiden%20los%20lineamientos%20del%20PAE%20Zonas%20Rurales%20Dispersas.pdf>

United Nations' Department of Social Affairs. "Sustainable Development: Goal 4" Disponível em

<https://sdgs.un.org/goals/goal4>

WANG, D.; SHINDE, S.; YOUNG, T.; FAWZI, W. W. F. Impacts of school feeding on educational and health outcomes of school-age children and adolescents in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Global Health*, v. 11, p. 04051, 2021. DOI: 10.7189/jogh.11.04051

WFP – WORLD FOOD PROGRAMME. State of School Feeding Worldwide 2022. Rome: World Food Programme, 2022. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2022>.

World Obesity Federation. "Belize – Policies, Interventions and Actions: National Nutrition Policy". Disponível em <https://data.worldobesity.org/country/belize-20/actions.pdf>



Anexo I. Sistematização – Eixo I: Governança

	Opção	Avanço	Percentual
	1	Não se aplica	De alguma forma, o indicador não pode ser considerado no país
	2	Principiante (-)	Menos de 20% do total máximo de pontos possíveis
	3	Principiante (+)	Maior ou igual a 20% e menor que 40% do total máximo de pontos possíveis
	4	Intermediário (-)	Maior ou igual a 40% e menor que 60% do total máximo de pontos possíveis
		Intermediário (+)	Maior ou igual a 60% e menor que 75% do total máximo de pontos possíveis
	5	Avançado (-)	Maior ou igual a 75% e menor que 90% do total máximo de pontos possíveis
		Avançado (+)	Maior ou igual a 90%

Tabela de registro das pontuações indicadas pelos países nas entrevistas

Intersetorialidade horizontal em questões de alimentação escolar (AE)

Existem estratégias ou mecanismos de articulação com outros setores do governo?

Opção	Indicador	Opção dos países					
1	Não há relacionamento com outros ministérios ou entidades relacionadas						
2	Existem alguns relacionamentos com outros ministérios ou entidades, mas apenas para atividades específicas						
3	Existem atividades de rotina com outros ministérios ou entidades, embora não sejam formalizadas						
4	Há atividades formais com outros ministérios e entidades para discutir e trabalhar assuntos relacionados à AE	1	2	3	4	5	6

Intersetorialidade vertical

Existem estratégias ou mecanismos de articulação entre os demais níveis de governo? (nacional, estadual ou municipal)

0	Não se aplica					5	
1	Não há relação com outras entidades federadas.						
2	Existem relações com outras entidades federadas, mas apenas para atividades específicas.						
3	Existem atividades rotineiras com outras entidades federadas, embora não sejam formalizadas						
4	Existem atividades formais com outras entidades federadas para discutir e trabalhar aspectos relacionados à AE	1	2	3	4		6

Gestão do PAE

Como você descreveria a gestão do PAE em seu país?

1	Não existe uma estrutura formal dentro do ministério para a tomada de decisões em relação ao PAE						
2	A gestão do PAE é realizada somente dentro da equipe nacional		2			5	
3	A tomada de decisões e a gestão do PAE ocorrem tanto dentro da equipe nacional quanto com outras equipes em outros níveis de governo	1					
4	Há uma estrutura formal que inclui todos os níveis de governo para a tomada de decisões e gestão do PAE, com reuniões sistemáticas			3	4		6

Grau de participação dos diferentes atores institucionais

Há participação de outros atores institucionais na tomada de decisões do PAE?

1	Não há mecanismos estabelecidos para incorporar a participação de outros atores que não sejam a equipe responsável pelo PAE						
2	Existem mecanismos estabelecidos para incorporar a participação de outras equipes dentro do ministério responsável pelo PAE						
3	A tomada de decisões e a gestão do PAE ocorrem tanto dentro da equipe nacional quanto com outras equipes em outros níveis de governo		2			5	
4	Há uma estrutura formal que inclui todos os níveis de governo para a tomada de decisões e gestão do PAE, com reuniões sistemáticas	1		3	4		6

Participação comunitária nas atividades do PAE

Existem estratégias ou mecanismos de participação da comunitária para monitoramento ou supervisão das atividades do PAE?

1	Não há atividades de participação comunitária						
2	Não há atividades formais para a participação comunitária, embora esta seja solicitada quando há uma oportunidade						
3	A participação comunitária é promovida continuamente e há uma instância ou líder/ponto focal para orientar as atividades	1			4	5	
4	Há um grupo formalmente estabelecido para a participação comunitária, o qual faz parte da estrutura organizacional do PAE e se envolve na tomada de decisões, com reuniões sistemáticas		2	3			6

Uso de tecnologias para apoiar a gestão e a coleta de informações

São usadas tecnologias para apoiar a gestão e a coleta de informações do PAE?

1	Ferramentas tecnológicas básicas são usadas na gestão, mas não na coleta de dados (por exemplo, planilhas eletrônicas e outras ferramentas do Microsoft Office)						
2	Ferramentas tecnológicas básicas são usadas para a gestão e a coleta de informações (por exemplo, planilhas eletrônicas e outras ferramentas do Microsoft Office)	1	2	3			
3	Ferramentas avançadas de análise são usadas na gestão e coleta de informações (por exemplo, softwares de análise estatística)					5	
4	Ferramentas analíticas avançadas são usadas para a gestão e a coleta de informações e há um banco de dados ou plataforma on-line que é continuamente atualizado(a)				4		6

Disponibilidade de informação geral do PAE

Há informações gerais disponíveis sobre a gestão/implementação do PAE?

1	Não existem mecanismos de coleta das informações						
2	As informações são coletadas, mas somente a equipe de AE tem acesso a elas						
3	As informações são coletadas, mas só estão disponíveis para o ministério ou são compartilhadas com outros setores do governo mediante solicitação formal				4	5	
4	As informações sobre o PAE são públicas e facilmente acessíveis por meio de um website	1	2	3			6

Processos de monitoramento e a avaliação do PAE

Existem estratégias ou mecanismos de monitoramento e avaliação do PAE?

1	Não há um processo estabelecido para o monitoramento e a avaliação do PAE. Estes são realizados apenas por solicitação do ministério						
2	São realizados o monitoramento e a avaliação do PAE, mas não em uma rotina específica estabelecida	1			4		
3	Há um planejamento e sistemas definidos para o monitoramento e a avaliação do PAE, os quais são realizados de acordo com uma rotina definida		2			5	
4	Há um planejamento e sistemas definidos para o monitoramento e a avaliação do PAE, os quais são executados e informados ao ministério de acordo com uma rotina definida			3			6

Anexo II. Sistematização – Eixo II: Marcos normativos

Tabela de registro das pontuações indicadas pelos países nas entrevistas						
Lei de alimentação escolar (AE) no país O país tem uma lei ou norma específica sobre alimentação escolar?						
Opção	Indicador	Opção dos países				
1	O país não tem uma lei ou norma específica de AE			3		5
2	A lei ou norma de AE do país está em processo de desenvolvimento		2			
3	Há uma lei ou norma de AE em vigor, mas ela não foi considerada durante o processo de planejamento do PAE					
4	Há uma lei ou norma de AE em vigor que é considerada como base para o planejamento do PAE	1			4	6
Características da lei de alimentação escolar A lei de alimentação escolar incorpora os componentes principais?						
0	Não se aplica					5
1	A lei de AE não incorpora nenhum dos componentes principais					
2	A lei de AE inclui ao menos quatro dos componentes principais					
3	A lei de AE inclui ao menos oito dos componentes principais					
4	A lei de AE inclui 12 ou mais dos componentes principais	1	2	3	4	6
Nível de adesão do PAE à lei de AE Qual é o nível de adesão do PAE à lei de AE?						
0	Não se aplica		2	3		5
1	A lei de AE não foi considerada para o planejamento e o desenvolvimento do PAE					
2	A lei de AE foi pouco considerada para o planejamento e o desenvolvimento do PAE					
3	A lei de AE foi moderadamente considerada para o planejamento e o desenvolvimento do PAE					
4	A lei de AE foi totalmente considerada para o planejamento e o desenvolvimento do PAE	1			4	6
Lei de compras públicas vinculadas à agricultura familiar Existe uma legislação que favoreça as compras públicas da agricultura familiar?						
1	Não existe uma lei sobre compras públicas vinculadas à agricultura familiar			3		5
2	Não existe uma lei sobre compras públicas vinculadas à agricultura familiar, mas há algumas estratégias que as promovem		2			
3	Existe uma lei sobre compras públicas ligadas à agricultura familiar, mas ela não está em vigor ou não aborda as questões da AE					
4	Há uma lei sobre compras públicas vinculadas à agricultura familiar em vigor e que considera a AE entre seus componentes	1			4	6
Normas de segurança alimentar e nutricional Existem normas de segurança alimentar e nutricional?						
1	Não existe nenhuma norma de SAN					5
2	Uma norma de SAN está em processo de desenvolvimento ou aprovação					
3	Há uma norma de SAN aprovada, mas ela não faz parte da estrutura de ações do PAE					
4	Existe uma norma de SAN aprovada e que faz parte da estrutura de ações do PAE	1	2	3	4	6
Efetividade da implementação das leis e normativas nacionais vinculadas aos PAE (SAN, compras da AF e AE) Existem atividades para medir a eficácia da implementação das leis e normas nacionais relacionadas aos PAE (SAN, compras da AF e AE)?						
1	Não são realizadas atividades para medir a eficácia da implementação de leis e normas	1		3		
2	São realizadas atividades para medir a eficácia da implementação de leis e normas, mas somente mediante solicitação formal do ministério/governo					
3	São realizadas atividades para medir a eficácia da implementação de leis e normas rotineiramente, mas não de acordo com um cronograma definido				4	
4	São realizadas atividades para medir a eficácia da implementação de leis e normas de forma contínua e de acordo com um cronograma estabelecido e aprovado		2			5 6

Ambientes escolares saudáveis

Existem estratégias ou mecanismos para promover a criação de ambientes escolares saudáveis?

1	A construção de ambientes escolares saudáveis não é uma questão prioritária	1					
2	Ambientes escolares saudáveis são reconhecidos como uma prioridade, mas ainda não há planos para abordar sua construção						
3	Existem leis, normas e planos aprovados para a construção de ambientes escolares saudáveis						
4	Leis, normas e planos aprovados para a construção de ambientes escolares saudáveis já estão sendo implementados		2	3	4	5	6

Estratégias nacionais de educação alimentar e nutricional (EAN)

Existem estratégias nacionais para o desenvolvimento da EAN?

1	Não são desenvolvidas ações de EAN nas escolas	1					
2	Sim, às vezes as escolas desenvolvem ações de EAN, mas somente a pedido do órgão de gestão do PAE ou de forma voluntária		2				
3	Sim, as escolas desenvolvem ações de EAN previstas no currículo escolar para cada ano letivo, de forma planejada, mas sem objetivos específicos					5	
4	Sim, dentro da estrutura do PAE há uma estratégia nacional para o desenvolvimento da EAN, orientada e monitorada, com objetivos definidos para alcançar hábitos alimentares saudáveis			3	4		6

Harmonia normativa com várias políticas, como rotulagem, guias alimentares, uso de água e outras relacionadas a ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis

Existe harmonia normativa com outras políticas relacionadas a ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis?

1	Os componentes das políticas e guias operam independentemente das leis e normas nacionais, criando algumas lacunas entre eles						
2	Algumas políticas e guias consideram determinados componentes das leis e normas nacionais, mas não há alinhamento entre eles						
3	As políticas e guias estão alinhados às leis e normas nacionais, mas seus objetivos às vezes são duplicados	1				5	
4	As políticas e guias estão alinhados às leis e normas nacionais. Existem planos e objetivos específicos para uma implementação harmonizada		2	3	4		6

Anexo III. Sistematização – Eixo III: Alimentação e nutrição

Tabela de registro das pontuações indicadas pelos países nas entrevistas							
Planejamento integral dos cardápios escolares saudáveis							
Existe um planejamento integral dos cardápios escolares saudáveis?							
Opção	Indicador	Opção dos países					
1	Não há um planejamento estabelecido para os cardápios escolares						
2	Existe um planejamento, mas ele não leva em conta os elementos básicos para garantir um cardápio saudável						
3	O planejamento considera a maioria ou todos os elementos básicos para garantir um cardápio saudável					5	
4	O planejamento considera todos os elementos básicos para garantir um cardápio saudável e é monitorado e aprovado continuamente	1	2	3	4		6
Nível de qualificação profissional dos especialistas em nutrição, coordenadores e técnicos da AE							
Identificou-se o perfil profissional exigido para o PAE ou as ações para sua formação?							
1	O perfil necessário para cada uma das funções não está claro. A equipe responsável pela AE é insuficiente					5	
2	O perfil profissional exigido para cada uma das funções foi identificado, mas não há um plano de recursos humanos e/ou orçamento para sua contratação. A equipe responsável pela AE é insuficiente						
3	O pessoal contratado é suficiente e atende ao perfil profissional exigido, ainda que a organização de atividades para fortalecer aptidões ou sua participação nelas seja escassa	1	2	3			6
4	A equipe de AE é composta por profissionais qualificados que participam continuamente de atividades organizadas pelo ministério para fortalecer suas aptidões				4		
Regionalidade dos cardápios							
Os cardápios são planejados de acordo com a região onde a alimentação escolar é fornecida?							
1	O cardápio implementado atualmente é centralizado e não foi planejado de acordo com a região						
2	O menu atualmente implementado foi planejado considerando algumas áreas da região		2				
3	O menu atualmente implementado foi planejado considerando a maioria das áreas da região			3		5	
4	O cardápio implementado foi planejado levando totalmente em consideração a região, o que é um requisito formalmente solicitado pelo ministério para sua aprovação	1			4		6
Cozinhas escolares e características de sua infraestrutura							
Há espaço reservado com instalações e equipamentos adequados para armazenamento e preparação de alimentos?							
0	Não se aplica						6
1	Menos de 25% das escolas possuem uma cozinha escolar em funcionamento e infraestrutura adequada para armazenamento, preparação e fornecimento de alimentos						
2	Apenas entre 25-50% das escolas possuem uma cozinha escolar em funcionamento e infraestrutura adequada para armazenamento, preparação e fornecimento de alimentos			3	4		
3	Entre 50-75% das escolas possuem uma cozinha escolar em funcionamento e infraestrutura adequada para armazenamento, preparação e fornecimento de alimentos	1					
4	Entre 75-100% das escolas possuem uma cozinha escolar em funcionamento e infraestrutura adequada para armazenamento, preparação e fornecimento de alimentos		2			5	
Espaços para o consumo de alimentos							
Há um espaço reservado com condições adequadas e em um ambiente saudável para o consumo de alimentos?							
0	Não se aplica						6
1	Menos de 25% das escolas têm um espaço para o consumo de alimentos. Não se sabe se esse é um ambiente totalmente saudável						
2	Apenas entre 25-50% das escolas têm um espaço para consumo de alimentos. Ocasionalmente, são promovidos ambientes saudáveis, mas não se sabe se isso atende a todas as características de um ambiente saudável			3	4		
3	Entre 50-75% das escolas têm um espaço para consumo de alimentos. Os ambientes saudáveis são promovidos continuamente e são realizadas visitas às escolas para garantir isso	1				5	
4	Entre 75-100% das escolas têm um espaço para consumo de alimentos. Ambientes saudáveis são uma exigência do ministério para o funcionamento desses espaços e são realizadas visitas às escolas para garantir isso		2				

Hortas escolares pedagógicas

Há promoção da implementação de hortas escolares pedagógicas como um espaço de ensino e aprendizagem?

0	Não se aplica	1					
1	Não há promoção para a criação de hortas escolares pedagógicas, nem qualquer tipo de apoio para iniciar sua implementação		2				
2	A criação de hortas escolares é promovida, mas não há pessoal ou os recursos necessários para realizar sua implementação e/ou capacitação				4		
3	A criação de hortas escolares pedagógicas é fomentada e equipes de instrutores foram identificadas para apoiar a implementação, embora ainda não tenham sido estabelecidos guias nacionais para sua gestão e funcionamento			3			6
4	O governo incentiva a criação de hortas escolares. A capacitação é realizada regularmente e há guias nacionais para orientar sua gestão e funcionamento					5	

Processo de compras públicas de alimentos da agricultura familiar

São utilizados mecanismos definidos para compras públicas da agricultura familiar para a alimentação escolar?

1	O cardápio implementado atualmente é centralizado e não foi planejado de acordo com a região		2				
2	O menu atualmente implementado foi planejado considerando algumas áreas da região			3		5	
3	O menu atualmente implementado foi planejado considerando a maioria das áreas da região						
4	O cardápio implementado foi planejado levando totalmente em consideração a região, o que é um requisito formalmente solicitado pelo ministério para sua aprovação	1			4		6

Anexo IV. Sistematização – Eixo IV: Financiamento

Tabela de registro das pontuações indicadas pelos países nas entrevistas

Tabela de registro das pontuações indicadas pelos países nas entrevistas						
Diagnóstico da realidade orçamentária dos programas						
Há um orçamento anual específico designado para a implementação do PAE?						
Opção	Indicador	Opção dos países				
1	O orçamento necessário para implementar o PAE é desconhecido					
2	Há uma ideia geral sobre o orçamento necessário, mas não há um formalmente definido					
3	O orçamento necessário é conhecido e existe um formalmente definido, embora não haja uma estratégia para garantir os recursos				5	
4	O orçamento está formalmente definido e aprovado pelo governo. Existe uma estratégia nacional que considera o PAE e que garante seus recursos	1	2	3	4	6
Orçamento do PAE						
O recurso anual definido permite atender à cobertura e à qualidade desejadas pelo PAE?						
1	O recurso atual não atende à demanda do PAE nacional				5	
2	Os recursos financeiros alocados para o PAE não atingem a cobertura e nem a qualidade. O governo está buscando outras fontes de recursos e financiamento	1				
3	Os recursos financeiros alocados ao PAE permitem que a cobertura seja alcançada, mas não garantem a qualidade desejada ou vice-versa			3		6
4	Os recursos financeiros alocados ao PAE possibilitam alcançar tanto a cobertura quanto a qualidade		2		4	
Cobertura de alimentação escolar alcançada						
Qual a porcentagem de alunos matriculados no sistema de educação pública beneficiários do PAE?						
1	40% ou menos					
2	40-70%		2		4	5
3	70-90%	1		3		
4	90% ou mais					6
Capacidade de adequação dos recursos disponíveis						
Qual é a capacidade de adequação dos recursos disponíveis do PAE frente a contingências?						
1	O PAE não tem planos de adequação em caso de contingências. Caso surja alguma, as atividades do programa são geralmente suspensas				5	
2	O PAE não tem planos e protocolos de adequação frente a contingências. Caso surja alguma, a equipe de AE toma as medidas necessárias para garantir o acesso aos alimentos, mas sem suspender as atividades			3		
3	Existem alguns planos e protocolos de adequação frente a contingências para garantir o acesso aos alimentos, mas eles não são considerados suficientes ou totalmente adequados				4	6
4	Há um plano de adequação formalmente estabelecido para cada tipo de contingência que possa surgir. Tanto a equipe envolvida na gestão e implementação do PAE quanto os membros da comunidade escolar são treinados regularmente sobre esse tópico	1	2			
Condições de intersetorialidade financeira						
Outros setores governamentais ou instituições, para além do órgão responsável pelo PAE, fornecem recursos para a alimentação escolar?						
0	Não se aplica				5	
1	Não há envolvimento de outros setores do governo/instituições no financiamento do PAE		2	3		
2	Foi solicitada a incorporação e o apoio econômico de outros setores do governo/instituições, mas o PAE é financiado exclusivamente com recursos do ministério gestor					
3	O PAE é financiado com recursos do ministério gestor e de outros setores do governo/instituições. Há estratégias em desenvolvimento para alcançar a intersetorialidade financeira sustentável	1				
4	O PAE já conta com o apoio de vários financiadores e níveis governamentais e com uma estratégia aprovada que facilita a intersetorialidade financeira e sua sustentabilidade				4	6
Disponibilidade de dados sobre os programas para seu acompanhamento efetivo e avaliação a partir do ponto de vista orçamentário						
Do ponto de vista orçamentário e para um monitoramento e avaliação eficazes, qual é a disponibilidade de dados sobre os PAE?						
1	A disponibilidade de dados orçamentários do programa é limitada. Na maioria das vezes, eles não são coletados					
2	Alguns dados orçamentários do programa estão disponíveis, mas somente a equipe gestora do PAE tem acesso a eles					
3	A maioria dos dados orçamentários é coletada e compartilhada, mas somente entre os profissionais do governo e mediante solicitação formal				4	5
4	Todos os dados orçamentários do programa estão disponíveis publicamente no website do ministério e são atualizados em períodos regulares estabelecidos	1	2	3		6

